



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 133

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1967

RELATÓRIO

Projeto de Lei nº 9, de 1967
(C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizadas pelas repartições aduaneiras.

Relator: Sr. Marcello de Alencar.

O Projeto de Lei nº 9, de 1967 cujo texto foi submetido à apreciação do Congresso Nacional pelo Poder Executivo, versa, apenas, sobre algumas fases do processo da venda em leilão de mercadorias, quando a tramitação e realiza pelas repartições aduaneiras.

O Capítulo V, do Título II, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 (Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências), em seus artigos 67 a 70 disciplina a venda em leilão de mercadorias abandonadas nos recintos aduaneiros além e determinados prazos (artigos 58 a 60 do Decreto-lei acima referido) e as que por terem sido introduzidas licitamente no país forem atingidas com a pena de perda.

O que se pretende com esse projeto aditar ao texto da lei vigente, algumas normas de natureza regulamentar também relacionadas com o processo de venda em leilão de mercadorias sujeitas ao controle aduaneiro. O artigo 63, do mencionado Decreto-lei nº 37, de 1966, dispõe:

"Será vendida em leilão, realizado pela repartição aduaneira, na forma do regulamento:

a) a mercadoria abandonada nos termos do artigo 58, se não for despachada no prazo que o regulamento fixar;

b) a mercadoria a cujo proprietário tenha sido aplicada a pena de perda."

Embora não tenham sido ainda regulamentadas as disposições do Decreto-lei nº 37 de 1966, em que pese a determinação contida no seu artigo 176 pelo qual ficou estabelecido que o Poder Executivo deveria baixar seu regulamento dentro do prazo de 90 dias a contar da data da publicação do diploma legal, e já são decorridos mais de 10 meses — o natural seria que a matéria inserida no projeto constituísse objeto da regulamentação, que está a cargo do próprio Ministério, de onde vem o projeto encaminhado à consideração do Poder Legislativo. O leilão — diz o Decreto-lei nº 37 de 1966 — será realizado pela repartição aduaneira na forma que for estabelecida pelo regulamento.

CONGRESSO NACIONAL**PRESIDÊNCIA****SESSÃO CONJUNTA**

Em 17 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizadas pelas repartições aduaneiras.

SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1967 (CN) de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos, e dá outras providências.

Vejamos quais as alterações e aditamentos incluídos no Projeto nº 9, de 1967:

Alteração 1ª — acrescente-se ao artigo 63 o seguinte:

"§ 4º Será publicado no órgão oficial ou na falta deste, no órgão local de maior circulação, ou ainda, afixado na repartição, edital marcando o local, dia e hora da realização do leilão em primeira, segunda e terceira praças, determinando as mercadorias que serão oferecidas à licitação."

§ 5º O edital será publicado com a antecedência mínima de oito dias da realização do leilão e dele constarão as condições, exigências e sanções previstas, podendo ser notificado o evento através de nota à imprensa local."

Ora, se a Lei determina que o leilão será realizado na forma ou pela forma que for estabelecida no regulamento, as alterações acima indicadas teriam necessariamente de figurar nessa regulamentação até mesmo porque já se procede assim, desde 1899.

O aviso prévio, através de editais e de outras publicações, é medida sem o qual o leilão revestiria características de clandestinidade.

O edital é elemento integrante do processo e como tal deveria ficar só no âmbito regulamentar.

Alteração 2ª — Acrescente-se ao artigo 67 os seguintes parágrafos.

"§ 1º As mercadorias que não puderem ser identificadas por sua numeração, referência ou marca, serão numeradas com carimbo especial do qual constem o nome da repartição que reali-

zar o leilão e a data de sua realização.

§ 2º As mercadorias que não puderem por sua natureza, receber o carimbo terão a sua venda em leilão, cercada de cautelas especiais determinadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 3º A repartição registrará as mercadorias arrematadas no livro próprio e entregará aos arrematantes a nota de leilão, da qual constarão a discriminação da mercadoria a matéria de sua constituição, marca, número de fábrica e formato, de modo a permitir, em qualquer tempo, a sua identificação.

§ 4º O arrematante de produtos estrangeiros escriturará o livro a ser criado de acordo com as normas baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras."

Os parágrafos aditados ao art. 67 do Decreto-lei nº 37, de 1966, com exceção do 4º, figuram no Regulamento do Imposto Sobre Produtos Industrializados no Capítulo sobre "Leilões de Mercadorias" (artigos 222 e § 1º e 223).

O § 1º estabelece que as mercadorias que não puderem ser identificadas por sua numeração, referência ou marca dos volumes ou melhor carimbo especial do qual constem o nome da repartição que realizar o leilão e a data de sua realização.

As mercadorias não podem ser identificadas pelo número, referência ou marca dos volumes ou melhor pelos seus envoltórios.

E através da conferência de conteúdo dos volumes que se pode identificar a espécie de mercadoria a ser leiloada.

O que se poderia estabelecer neste caso, é a numeração dos volumes que

forem apreendidos ou considerados abandonados, quando os mesmos não contiverem numeração, referência ou marca.

Esse ato, de numeração por meio de carimbo seria praticado antes da identificação das mercadorias pelos conferentes designados para procederem à verificação do conteúdo dos volumes.

Se o que se pretende é identificar a mercadoria pela sua espécie, marca ou referência ou em certos casos, pela numeração, aí seria preciso dar ao parágrafo redação que possibilitasse a compreensão da sua exata finalidade ou dos objetivos visados.

Pelo que se deduz dos termos do § 2º, não se trata da identificação pela numeração dos volumes e sim das mercadorias e, se assim é, a identificação pela numeração, referência ou marca não poderia ser suprida por um simples número, após a espécie em causa, pois esse número por si só não levaria à identificação pretendida.

Um simples carimbo com um número, não identifica nada, e através desse critério sem sentido e sem qualquer finalidade fiscal, a medida não tem razão de ser.

Também o § 2º se situa nessa mesma linha de apreciação.

Esse parágrafo estabelece que a mercadoria que, pela sua natureza não puder receber o carimbo, terá a sua venda em leilão cercada de cautelas especiais.

Quando é que se pode verificar essa hipótese?

Digamos que se trate de um produto líquido, em pó, pedaços, grânulos, etc.

Neste caso, por que não colocar um rótulo ou etiqueta no continente com os elementos necessários à identificação da mercadoria?

Um número apostado numa mercadoria por meio de carimbo não poderá de maneira alguma valer como medida de segurança, como medida acauteladora de interesse fiscal.

Por essas razões, tratando-se de providência sem sentido prático, e de nenhum efeito, para o fim que se tem em vista, não vemos por que transformar tais normas em preceitos legais, com a responsabilidade do Poder Legislativo.

No tocante ao § 3º, embora se trate de medida de natureza regulamentar, aliás já em curso nos termos da legislação vigente, nada há a objetar.

No que diz respeito ao parágrafo 4º, pelo qual se obriga o arrematante de produtos estrangeiros a escriturar os num livros especiais, a ser criado de acordo com as normas baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras, também não nos é dado compreender o alcance da inovação que dele resulta.

De acordo com prescrição contida no parágrafo único, do art. 68, do Decreto-lei nº 37, de 1966.

"Integralizado o pagamento, o arrematante se subroga nos direitos e obrigações do importador."

Os arrematantes, passando à condição de importadores, ficam necessariamente sujeitos ao regime fiscal que a legislação vigente instituiu quanto ao registro de mercadorias importadas, ou como tal consideradas.

Os que importam, ou arrematam em hasta pública, mercadorias estrangeiras, são obrigados a registrá-las em livros próprios, conforme modelos que integram o Regulamento sobre Produtos Industrializados.

O livro de registro de mercadorias arrematadas em leilão, que serve de base ao controle da fiscalização, deve servir para todos os casos de mercadorias adquiridas por esse meio.

Não há porque instituir-se mais de um livro com a mesma finalidade, quer o leilão se processe na esfera aduaneira, quer se realize no campo de ação do Departamento de Rendas Internas.

Tanto num como no outro caso, o controle fiscal poderá ser efetivado através dos registros feitos no mesmo livro.

A alteração 3ª — consigna dois acréscimos ao artigo 69 do Decreto-lei nº 37-66, como parágrafo 1º e 2º, que reproduzem, com ligeiras alterações o art. 221, e seus parágrafos 1º e 2º, do Regulamento sobre Produtos Industrializados.

O § 1º (alteração 3ª), estabelece:

"As mercadorias serão entregues ao licitante que maior lance oferecer, as quais também não serão transmitidas nem consideradas arrematadas se o maior lance oferecido não atingir o preço da avaliação, na primeira praça, ou 85% e 70% daquele preço, respectivamente, na segunda e terceira praças."

A disposição que acabamos de transcrever peca em demasia pela sua má redação, não só por se apresentar confusa, como, sobretudo, porque não chega a exprimir o que se teve em vista prescrever.

Basta atentar para a expressão "as quais também", e logo se sente uma distorção gramatical por demais chocante.

E' que esse "também", na sequência do período, não tem cabimento.

A expressão "não serão transmitidas" — para significar "não serão entregues", também poderia ser evitada.

Não se nos afigura necessário declarar, numa lei, que a mercadoria será entregue ao licitante que maior lance oferecer.

Se se trata de leilão, a mercadoria só poderá ser entregues a quem oferecer o maior lance, pois o leilão importa precisamente no reconhecimento desse direito.

O parágrafo sugerido poderá ficar limitado a sua segunda parte, com a seguinte redação:

"As mercadorias leiloadas só serão consideradas arrematadas quando, na primeira praça, o maior lance oferecido atingir, pelo menos, o valor da avaliação procedida oficialmente, ou 85% e 70% desse valor, respectivamente, na segunda e terceira praças."

O parágrafo 2º, da alteração 3ª, poderá ser mantido.

E' evidente que só em casos especiais se justificaria a transferência do local do leilão, tal como é admitida na parte final desse parágrafo, pois, essa medida, se adotada,

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

difficilmente consultaria o interesse da Fazenda Nacional, pelos gastos que acarretaria.

Todavia, nada impede se faculte ao Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras a sua adoção quando as circunstâncias não comportarem outra solução mais prática e menos onerosa.

A alteração 4ª sugere uma nova redação para o artigo 70, do Decreto-lei nº 37-66.

O Decreto-lei nº 37 deixou estabelecido que:

"Nos leilões aduaneiros somente são admitidas a licitar as firmas e sociedades registradas no Cadastro geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda".

O projeto oferece, para o citado artigo 70, a seguinte redação:

"Nos leilões aduaneiros somente serão admitidos a licitar os importadores registrados e os comerciantes estabelecidos há mais de três anos, registrados no Cadastro geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda, exigida em qualquer dos casos, a prova de não terem no biênio anterior à realização do leilão, sofrido condenação definitiva ou em grau de recursos, por importação ilícita ou trânsito irregular de mercadorias estrangeiras."

Há evidente excesso nas restrições ou limitações impostas por essa disposição, aliás, sem justificativa plausível ou sem finalidade fiscal convincente.

Por que só admitir como licitante os importadores e os comerciantes estabelecidos há mais de três anos?

Se os importadores registrados ou os comerciantes desde a data do início das suas atividades comerciais ou industriais, satisfazem as condições exigidas pela legislação em vigor para o pleno exercício dessas atividades, e estão como os demais, sujeitos ao integral cumprimento das obrigações fiscais que lhe são impostas, ficando assim colocados no mesmo pé de igualdade dos que se acham estabelecidos há mais de três anos, seria iníquo, — apenas no que tange aos direitos, sobre cuja amplitude a lei não estabeleceu distinções, impedindo de licitar num leilão aduaneiro.

A segunda parte do artigo, acima transcrito, deixa estabelecido que o licitante deverá provar previamente não haver sofrido no biênio anterior à realização do leilão:

a) condenação definitiva ou em grau de recurso por importação ilícita;

b) ou por trânsito irregular de mercadorias.

Com essas restrições, talvez mais de 80 por cento dos importadores fiquem impedidos de licitar.

Importação ilícita é a que se processa sem o atendimento das condições exigidas em lei.

Na esfera aduaneira, as importações que não satisfazem as condições prescritas em lei são constantes e o seu número alcança a quase totalidade dos importadores.

A importação pode não atender às condições exigidas em lei, sendo portanto, ilegítima, mas isto, por si só, não significa uma operação clandestina, eivada de fraude praticada dolosamente.

Também, o simples trânsito irregular de mercadorias não pode levar o importador para a categoria dos defraudadores de má-fé, ainda que a irregularidade venha a ser julgada em definitivo, como procedente.

A simples inobservância de uma formalidade qualquer, torna o trânsito irregular, mas não fraudulento ou criminoso.

O artigo 70, do Decreto-lei nº 37-66, deixou estabelecido que:

a) "nos leilões aduaneiros somente são admitidos a licitar as firmas e sociedades registradas no Cadastro geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda."

e o seu parágrafo 1º, que:

b) "no caso de mercadoria em unidade ou em quantidade sem destinação comercial poderão ser admitidos a licitar as pessoas naturais".

Não há razão para que se elimine a norma contida no item b.

Ao artigo 70 e aos seus parágrafos poder-se-á dar a seguinte redação, com a qual talvez se atenda de forma mais clara e mais precisa os objetivos do projeto em exame:

"Artigo 70 — Nos leilões aduaneiros somente serão admitidos a licitar os importadores e comerciantes devidamente registrados no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda, que comprovem, com documento, não terem no biênio anterior à realização do leilão, incorrido em sanções decorrentes da prática de delito, contravenção ou fraude fiscal ou cambial, devendo o atestado ou certidão, consubstanciando essa prova, ser baseado nos registros da repartição referentes aos pretendentes à licitação.

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em diminuta quantidade, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais, atendidas as instruções que nesse sentido forem baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 2º Ficam excluídos da faculdade prevista no parágrafo anterior os funcionários públicos com exercício em repartição aduaneira, as pessoas interessadas na ação fiscal, os responsáveis incriminados no processo em que houver sido aplicada a pena de perda da mercadoria levada a leilão, bem como os despachantes aduaneiros, os corretores de navios e seus ajudantes e prepostos."

Nestas condições, poderá ser eliminada a alteração 5ª do Projeto nº 9, de 1967, pela qual se pretende criar uma exigência aberrante de efeito inteiramente negativo no que diz respeito ao interesse da Fazenda Nacional, tal seja a de se determinar que a prova da condição de importador ou comerciante e de precedentes fis-

cais consista na apresentação de uma certidão expedida nos três meses anteriores, pela repartição competente do domicílio do arrematante.

Que valor probante pode ter uma certidão expedida pela repartição do domicílio do arrematante, quando o seu direito de licitar não se circunscreve unicamente à área desse domicílio?

E' essa uma medida sem qualquer finalidade fiscal.

Ressalte-se que essas alterações do Decreto-lei nº 37-66, contidas no Projeto nº 9-67, — que bem poderiam ser objeto até de instruções ou portarias ministeriais, — são apresentadas a esta Casa do Parlamento como matéria urgente, capaz de assegurar condições rígidas para a garantia do sistema de leilões de mercadorias estrangeiras introduzidas irregularmente no País.

Sem embargo das considerações que vimos de fazer, — ainda assim, desejamos emprestar o nosso apoio à colaboração, oferecendo um "substituto", que, visando atender, tanto quanto possível, os objetivos invocados, na exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, possiblidade, ao menos, a aplicação das normas nele inseridas, sem necessidade de amígdadas ingressos no campo da hermenêutica, onde nem sempre as soluções correspondem ao intuito dos que pretendem levantar muralhas sem alicerces jurídicos, tomando por fundamento a defesa da Fazenda Nacional.

Passamos, a seguir, aos pareceres sobre as 17 (dezesete) emendas recebidas:

Emenda nº 1

Autoria: Deputada Julia Steinbrun

A emenda cabe realmente dentro do praxe legislativa como foi arguido e justificativa. Por outro lado, a expressão proposta "e das outras providências" é coerente com a intenção da própria lei, além de evitar maiores restrições a interpretação das normas contidas no projeto.

Somos por sua aprovação.

Emenda nº 2

Autoria: Deputado Jorge Khoury

A emenda propõe uma simplificação do texto do art. 33 do Decreto-Lei nº 37-66, a qual aderimos.

A jurisdição dos serviços aduaneiros tal como está definido e conceituado no art. 33 — Decreto-Lei nº 37-66 pode realmente suscitar dúvidas quanto a questão da competência dos agentes fiscais para a prática dos atos que lhes são atribuídos, fora das zonas a que se refere o citado art. 33.

A expressão "Território Nacional" parece-nos mais adequada, guarda da amplitude necessária ao exercício da ação fiscal, como demonstrou o ilustre autor da emenda, na justificativa apresentada.

Opinamos pela aprovação da emenda.

Emenda nº 3

Autoria: Senador Desiré Guarani

A emenda altera a redação do parágrafo 1º do art. 63, adicionando o prazo-limite para a determinação da venda pelo chefe da repartição aduaneira. Parece-nos razoável que tal autoridade fique sujeita a um prazo-limite para ordenar a venda, evitar que por descaso ou inércia prolele o leilão.

Além dos riscos de perecimento da perda do valor pela consequência natural do tempo, ocorre ser necessário preservar a União dos ônus do depósito das mercadorias e armazenagem.

Somos pela sua aprovação.

Emenda nº 4

Autoria: Deputado Adylio Mattos Vianna

Somos pela rejeição da emenda proposta desde que na esfera administrativa o processo fiscal já está sujeito a termos ou prazos.

O parágrafo 2º do art. 63 do Decreto-Lei nº 37-66, utilizando a expressão "poderá ser vendida a qualquer tempo a mercadoria perecível e a susceptível de danos causados por agentes externos", já induz uma responsabilidade de natureza moral no campo da administração pública.

A comissão do chefe da repartição aduaneira, sujeita-ló-a à imputação, pelo menos, de inépcia, podendo acarretar sanções de natureza meramente administrativas, já que a questão fica na esfera discricionária dos atos administrativos.

Não basta que a lei diga que o funcionário tem a responsabilidade para poder praticar determinado ato para que daí se deduza que a sua omissão estará sujeita a uma sanção.

É necessário que a lei disponha a respeito da penalidade, para que tenha força coativa capaz de gerar efeitos penais.

Parece-nos sem propósito definido a emenda, por isso que, opinamos pela sua rejeição.

Emenda nº 5

Autoria: Senador Eurico Rezende

A emenda propõe maior elasticidade para a venda das mercadorias abandonadas ou perdidas.

Não vemos inconveniência em atribuir às autoridades aduaneiras competentes, maior elasticidade de ação, no tocante à venda dos bens ou mercadorias que reverterem em favor da União, por perda ou abandono.

Na verdade pode convir que a venda seja oferecida em diversas praças com mais publicidade e mediante convocação de concurso público.

Fica implícito que a opção por concorrência pública como propõe a emenda sujeitará os concorrentes às exigências inerentes a este processo de venda.

Nestas condições, somos pela aprovação da emenda.

Emenda nº 6

Autoria: Deputado Adylio Martins Vianna

A emenda proposta, *data venia*, não merece ser inserida no projeto.

Na verdade a matéria suscitada poderá ser objeto de regulamentação e as autoridades fazendárias não devem ficar adstritas a uma norma legal apenas de bons propósitos, mas distante da realidade.

Realmente o que a emenda preconiza é a criação de um novo órgão a que denomina "Comissão" composta no mínimo de 3 "Agentes Fiscais". Órgão esse ao qual seriam deferidas atribuições além daquelas inerentes à função dos fiscais.

Ora, a constituição desse Órgão, sujeito a rodízio de seus membros em número não inferior a 3 Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, vai inevitavelmente acarretar inúmeros impasses e conflitos de autoridade, desmerecendo os preceitos de hierarquia que devem ser observados para o bom desempenho administrativo.

Não vemos, também, conveniência em que o aprensor participe da "Comissão" destinada a proceder a classificação e avaliação de mercadorias estrangeiras apreendidas ou abandonadas o que poderá acarretar conflitos a prejudicar a própria autoridade do aprensor.

A nosso ver o aprensor tem direito de representação quando venha a verificar a ocorrência de má classificação ou avaliação das mercadorias referidas.

Parece-nos pois aconselhável a rejeição da emenda por suas indesejáveis implicações.

Emenda nº 7

Autoria: Deputado Adylio Martins Vianna

A emenda como é proposta não merece aceitação pelos mesmos motivos já expostos ao nos pronunciarmos sobre a emenda de nº 6 do mesmo autor.

A matéria contida na proposição do parágrafo 5º para o artigo 67, do Decreto-Lei nº 37, deve ser objeto de providências regulamentares, cabendo às autoridades fazendárias dispor a respeito, tendo o mesmo em vista as características de cada região do País e o respectivo funcionamento das repartições aduaneiras.

A emenda por nós apresentada incluída no substitutivo oferecido, parece-nos atender melhor aos objetivos do denominado parágrafo 6º da emenda ora em exame.

Opinamos pela aprovação parcial da emenda, com a nova redação que propomos, no substitutivo, a saber:

"§ 6º O arrematante de produtos estrangeiros deverá efetuar o registro das espécies adquiridas no livro próprio para esse fim instituído pela legislação que disciplina o controle fiscal do imposto sobre produtos industrializados."

Emenda nº 8

Autoria: Athié Khoury

A medida é justa, desde que visa a estabelecer benefício que foi instituído há mais de 30 anos.

São, a nosso ver, procedentes as razões com que o autor da emenda justifica o restabelecimento das normas do art. 5º do Decreto-Lei número 8 663, de 13.1.46, tanto mais quando a medida não acarretará o mínimo de despesa.

A justificativa do autor merece ser adotada, por isso que a ela nos reportamos. Vale acrescentar que o Projeto nº 9-67 consubstancia normas a serem inseridas no Decreto-Lei número 37-66, que cogita da concessão de incentivos semelhantes a funcionários aduaneiros.

Pela aprovação da emenda, é o nosso parecer.

Emenda nº 9

Autoria: Senador Desiré Guarani

A emenda proposta não guarda pertinência com a matéria que o projeto suscita, eis que tem implicações tributárias de natureza financeira. Por outro lado, as Entidades a que se refere a emenda, especialmente as Autarquias Federais, já desfrutam por outro instrumento legal dos benefícios da isenção de Tributos.

Em qualquer caso, introdução da emenda no projeto acarretará inquestionável impropriedade. Somos, pois, pela rejeição da Emenda nº 9.

Emenda nº 10

Autoria: Senador Desiré Guarani

O incentivo a que se refere a bem lançada justificativa da Emenda não pode porém, prevalecer, dada a impropriedade e inadequação com o projeto.

Diga-se ainda que a matéria tem implicações constitucionais, so podendo, *data venia*, ser objeto de lei complementar (art. 20, § 2º, da Constituição de 1967).

Propondo uma exoneração de processo fiscal e vedando o lançamento "de qualquer espécie", a emenda traz hipótese até mesmo de imunidade tributária.

Somos, pois, pela rejeição da emenda.

Emenda nº 11

Autoria: Senador Desiré Guarani

A emenda pretende alterar o critério adotado para deduções de imposto de Renda por via de outros instrumentos legais.

A justificativa da emenda apresenta ponderáveis argumentos em defesa da Amazônia e do Nordeste, mas não nos parece que possam ser acolhidas na

via préposta de emenda a este projeto.

A matéria ultrapassa o âmbito do projeto, e por isso merece rejeição.

Emenda nº 12

Autoria: Senador Desiré Guarani

A emenda é impertinente com o projeto, embora procedam os argumentos contidos na justificativa, com essa vênia não cabe à apreciação da matéria no fóro em discussão.

Não pode o projeto em pauta assimilar normas para cobrir o desvio com a sonegação atinentes ao Imposto de Renda.

A matéria encontrará obstáculos de natureza constitucional, não cabendo no grupo das leis de natureza como a que cogita o projeto.

Opinamos contra a emenda.

Emenda nº 13

Autoria: Senador Desiré Guarani

A emenda quer inserir, no projeto, normas relativas a deduções do Imposto de Renda na fonte.

Já tivemos oportunidade, quando da apreciação de outras emendas do mesmo autor, de declarar a insubsistência das proposições que não se acomodam com a natureza do projeto de lei que ora relatamos.

É impertinente a emenda e as implicações constitucionais lhe é desfavorável.

Rejeitamos, segundo nosso entendimento, a emenda.

Emenda nº 14

Autoria: Senador Desiré Guarani

A emenda proposita não guarda relação com o projeto e está no caso das demais que objetivaram atingir o sistema legal vigente sobre o imposto de renda.

Pelos argumentos já expendidos a respeito, quando da apreciação de outras emendas correlatas, se aplica no caso.

Somos pela rejeição da emenda.

Emenda nº 15

Autoria: Senador Desiré Guarani

O propósito da emenda é saudável e se ajusta aos objetivos do projeto, desde que a elaboração de normas tendentes a evitar o conluio de licitantes em leilões aduaneiros, guarda relação com as medidas destinadas ao incremento do combate ao contrabando e ao descaminho.

A emenda proporcionará a possibilidade da fiscalização verificar a fraude das notas de importação, as chamadas "notas frias" que visam dar aparência de licitude às importações clandestinas.

O único inconveniente da medida será o da criação de mais uma burocracia, mas a lei é feita para o futuro, sendo possível que se venha a dotar as repartições aduaneiras de recursos que possam atender às exigências de modernidade.

Em qualquer caso, a medida poderá dar saldos positivos, no combate a fraude e ao contrabando.

Somos pela aprovação da emenda.

Emenda nº 16

Autoria: Senador Desiré Guarani

A emenda visa prestigiar ao novo órgão, que responde pela sigla SENA FRA, e de certa forma, pretende inserir na lei em projeto, disposições já contidas na Portaria Ministerial GB nº 180, de 6.6.66.

Realmente, traz boas consequências a descentralização dos serviços fiscais inclusive permitindo que todas as fases compreendidas na ação fiscal sejam sujeitas à mesma entidade.

A bem fundamentada justificativa, merece acolhimento, por isso que pedimos vênia para incorporá-la ao nosso parecer que é a favor da aprovação da emenda.

Emenda nº 17

Autoria: Senador Desiré Guarani

Estamos de acordo com o conteúdo e as finalidades da emenda, não concordando, entretanto, com a sua redação que poderia suscitar controvérsias, quanto à interpretação da norma proposta em face dos termos constitucionais.

No substitutivo que apresentamos a matéria é contemplada sem os riscos supra indicados.

Somos pois pela aprovação com a seguinte redação:

O art. 168 do Decreto-Lei nº 37, de 18.11.66, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 168. Na distribuição do produto do leilão, realizado pela repartição aduaneira, serão observados os mesmos critérios estabelecidos pelo art. 4º da Lei número 5.314, de 11 de setembro de 1967, que disciplina matéria idêntica, quando o leilão de mercadorias estrangeiras é efetuado pelas repartições subordinadas ao Departamento de Rendas Internas."

Consoante os nossos pareceres, com relação as emendas oferecidas, cabe esclarecer em resumo o seguinte:

- a) Emendas com parecer favorável: 1 — 2 — 3 — 5 — 8 — 15 e 16;
- b) Emendas com subemendas: 7 e 17;
- c) Emendas com parecer contrário: 4 — 6 — 7 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 e 14;

Apreciadas as 17 (dezesete) emendas apresentadas perante a Comissão, cabe considerar as emendas do Relator que são as seguintes:

Emenda nº 18 (R)

A alteração primeira passa a ter a seguinte redação:

"Alteração 1ª: Acrescente-se ao art. 63 os seguintes parágrafos:

§ 4º Será publicado no órgão oficial ou, na falta deste, no órgão de maior circulação, ou, ainda, afixado na repartição, em local acessível ao público, edital anunciando o leilão, com indicação do local, dia e hora da sua realização em primeira, segunda e terceira praças e das espécies de mercadorias que serão oferecidas a licitação.

§ 5º O edital será publicado ou afixado com a antecedência mínima de oito dias da data da realização do leilão e dele deverão constar as condições, exigências, sanções estabelecidas em lei ou regulamentação, quando for julgado necessário para orientação dos interessados, o estabelecimento que serão vendidas as espécies arrematadas.

§ 6º Quando se houver interesse com a qualidade, quantidade, variedade e valor das mercadorias, especialmente no edital, poderá o Chefe da repartição autorizar a publicação de resumo, anunciando a sua realização, desde que existam recursos para atender ao mesmo.

Emenda nº 19 (R)

A alteração 2ª passa a ter a seguinte redação:

"Alteração 2ª: Acrescente-se ao art. 67, os seguintes parágrafos:

§ 1º Todos os produtos contidos em mercadorias relacionadas para leilão, deverão ser cintados e rotulados com indicação do nome da repartição, número do processo, espécie, classificação genérica da mercadoria e a sua origem ou procedência.

§ 2º As mercadorias que serão entregues aos interessados depois de autenticadas pela forma a ser determinada pelo Regulamento de Rendas aduaneiras, de maneira a possibilitar a sua identificação pelos Agentes Fiscais, encarrega-

dos do seu controle.

§ 3º Aceito o lance oferecido, o arrematante, depois de feito o depósito, exigido pelo art. 68 assinará com o Presidente, o escrivão e o leiloeiro, o competente termo, ficando assim consumada a venda, que só será anulada se a nota ou despacho de leilão não for liquidada com o pagamento da parte restante, dentro de oito dias da data do recebimento desse documento de receita, ou se no ato da entrega das mercadorias, ficar apurado serem elas diferentes em qualidade e quantidade, das constantes do edital.

§ 4º Salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, o não-cumprimento do disposto no parágrafo anterior, quando ao pagamento do débito consignado na nota de leilão, importa na anulação da praça e perda do sinal a feição da Fazenda Nacional.

§ 5º O termo referido no parágrafo 3º deste artigo será lavrado em livro próprio, cujo modelo, para efeito de uniformidade, deverá ser aprovado pelo Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras e conterá o nome do arrematante, seu endereço, número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, quando se tratar de firma, sociedade comercial ou industrial, número do leilão, data da realização, número do processo, descrição das mercadorias, preço da arrematação e impostos e taxas devidos.

emenda nº 20 (R)

A alteração 3ª passa a ter a seguinte redação:

Alteração 3ª: O art. 68 e seu parágrafo único passam a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 68. As mercadorias arroladas para leilão serão levadas a três praças e só serão consideradas arrematadas se na primeira praça o maior lance atingir a avaliação, na segunda, o valor estipulado para a primeira com abatimento de 15% e na terceira o valor da segunda, com redução de 20%.

Parágrafo único. Se não houver licitante em nenhuma das praças ou ofertas na terceira não atingirem o limite mínimo fixado neste artigo, o Chefe da repartição dará conhecimento do fato ao Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras para que este adote as providências que julgar mais conveniente aos interesses da Fazenda Nacional, seja determinando a realização de novo leilão, seja mandando proceder a nova avaliação em bases que se ajustem ao valor mínimo fixado para a segunda praça, ou, ainda, quando as circunstâncias o permitirem, autorizando a realização do leilão em outra repartição adequada.

Emenda nº 21 (R)

A alteração quarta passa a ter a seguinte redação:

Alteração 4ª: O art. 70 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70. Nos leilões aduaneiros somente serão admitidos a licitar os importadores e exportantes devidamente registrados no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, que comprovem, com documento hábil, não terem no biênio anterior à realização do leilão, incorrido em sanções decorrentes da prática de delito, contravenção ou fraude fiscal ou cambial, devendo o estado ou certidão substanciada essa prova ser baseado nos registros da repartição e nos antecedentes dos pretendentes à licitação.

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em diminuta quantidade, sem destinação comercial, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais, atendidas as instruções que nes-

se sentido forem baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 2º Ficam excluídos da faculdade prevista no parágrafo anterior os funcionários públicos com exercício em repartição aduaneira, as pessoas interessadas na ação fiscal, os responsáveis incriminados no processo em que houver sido aplicada a pena de perda da mercadoria levada a leilão, bem como os despachantes aduaneiros, os corretores de navios, seus ajudantes e prepostos.

Cumpra esclarecer que a presente emenda atinge também a alteração quinta do projeto.

Em conclusão, opinamos favoravelmente ao projeto, desde que a incorporadas as emendas com parecer favorável, além das subemendas oferecidas e emendas do Relator que nos levaram à composição de um Substituto que deve ser apreciado e adotado na Comissão.

O Substituto é o seguinte:

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN) que “dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º ... O Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª: o art. 33 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33 ... A jurisdição dos serviços aduaneiros corresponde a todo o território nacional”.

Alteração 2ª: o § 1º do art. 63 passa a ter a redação seguinte:

“§ 1º ... A venda em leilão será determinada pelo chefe da repartição aduaneira no prazo máximo de 60 (sessenta) dias depois de findo o processo fiscal”.

Alteração 3ª: acrescente-se ao art. 63 os seguintes parágrafos:

“§ 4º ... Será publicado no órgão oficial ou, na falta deste, no órgão de maior circulação, ou ainda, afixado na repartição, em local acessível ao público, edital anunciando o leilão, com indicação do local, dia e hora da sua realização em primeira, segunda e terceira praça e das espécies de mercadorias que serão oferecidas à licitação.

§ 5º — O edital será publicado ou afixado com a antecedência mínima de oito dias da data da realização do leilão e dele deverão constar as condições, exigências e sanções estabelecidas em lei ou regulamento e quando for julgado necessário para orientação dos interessados o estado em que serão vendidas as espécies arroladas no edital.

§ 6º — Quando se tratar de leilão de mercadoria interesse comercial dada a qualidade, quantidade, variedade e valor das mercadorias especificadas no edital, poderá o Chefe da repartição autorizar a publicação de nota resumida anunciando a sua realização, desde que existam recursos para atender às respectivas despesas.

§ 7º — O leilão poderá ser substituído na forma do regulamento, por venda efetuada mediante concorrência pública, reservado à autoridade aduaneira o direito de anular qualquer concorrência por despacho justificando, se houver justa causa.

§ 8º A venda em leilão ou concorrência pública poderá, quando for mais conveniente para os interesses da fazenda nacional, ser promovida em qualquer outra repartição, nos termos das normas baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.”

Alteração 4ª — Acrescente-se ao art. 67 os seguintes parágrafos:

“§ 1º — Todos os volumes contendo mercadorias relacionadas para leilão, deverão ser cintados e rotulados com indicação do nome da repartição, número do processo, especificação genérica da mercadoria e a sua origem ou procedência.

§ 2º — As mercadorias só serão entregues aos arrematantes depois de autenticadas pela forma que for determinada pelo Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, de maneira a possibilitar a sua identificação pelos Agentes Fiscais, encarregados do seu controle.

§ 3º — Aceito o lance oferecido o arrematante, depois de feito o depósito exigido pelo artigo 68, assinará com o Presidente o escrivão e o leiloeiro, o competente termo ficando assim consumada a venda, que só será anulada se a nota ou despacho de leilão não for liquidada com o pagamento da parte restante dentro de oito dias da data do recebimento desse documento de receita, ou se no ato da entrega das mercadorias, ficar apurado serem elas diferentes em qualidade e quantidade, das constantes do edital”.

“§ 4º — Salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, o não cumprimento do disposto no parágrafo anterior, quando ao pagamento do débito consignado na nota de leilão, importa na anulação da praça e perda do sinal a feição da Fazenda Nacional.”

“§ 5º — O Termo referido no § 3º deste artigo será lavrado em livro próprio, cujo modelo, para efeito de uniformidade, deverá ser aprovado pelo Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras e conterá o nome do arrematante, seu endereço, número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda quando se tratar de firma, sociedade comercial ou industrial, número do leilão, data da sua realização, número do processo, descrição das mercadorias, preço de arrematação e impostos e taxas devidos.”

“§ 6º — O arrematante de produtos estrangeiros deverá efetuar o registro das espécies adquiridas no livro próprio para esse fim instituído pela legislação que disciplina o controle fiscal do imposto sobre produtos industrializados.”

Alteração 5ª: O art. 83 e seu parágrafo único passam a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 83 — As mercadorias arroladas para leilão, serão levadas a três praças e só serão consideradas arrematadas se na primeira praça o maior lance atingir o valor da avaliação na segunda, o valor estipulado para primeira com abatimento de 15% e na terceira o valor da segunda, com redução de 20%.”

Parágrafo único. Se não houver licitante em nenhuma das praças ou ofertas na terceira não atingirem o limite mínimo fixado neste artigo, o Chefe da repartição, dará conhecimento do fato

ao Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras para que este adote as providências que julgar mais conveniente aos interesses da Fazenda Nacional, seja determinando a realização de novo leilão, seja mandando proceder à nova avaliação em bases que se ajustem ao valor mínimo fixado para a segunda praça, ou ainda, quando as circunstâncias o permitirem, autorizando a realização do leilão em outra repartição aduaneira.”

Alteração 6ª: o artigo 70 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70 — Nos leilões aduaneiros somente serão admitidos a licitar os importadores e comerciantes devidamente registrados no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda que comprovem, com documento hábil não terem no biênio anterior à realização do leilão incorrido em sanções decorrentes da prática de delito contravenção ou fraude fiscal ou cambial devendo o atestado ou certidão substanciando essa prova ser baseada nos registros da repartição referentes aos pretendentes à licitação.”

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em diminuta quantidade, sem destinação comercial, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais, atendidas as instruções que nesse sentido forem baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 2º Ficam excluídas da faculdade prevista no parágrafo anterior os funcionários públicos, com exercício em repartição aduaneira, as pessoas interessadas na ação fiscal, os responsáveis incriminados no processo em que houver sido aplicada a pena de perda da mercadoria levada a leilão, bem como os despachantes aduaneiros, os corretores de navios, seus ajudantes e prepostos.”

Alteração 7ª: o artigo 168 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 168. Na distribuição do produto do leilão realizado pela repartição aduaneira, serão observados o mesmo critério estabelecido pelo artigo 4º da Lei nº 5.314, de 11 de setembro de 1967, que disciplina matéria idêntica quando o leilão de mercadorias estrangeiras é efetuado pelas repartições subordinadas ao Departamento de Rendas Internas”.

Art. 2º Ficam restabelecidas as normas do art. 5º do Decreto-lei número 8.863, de 13 de janeiro de 1946, e que passará a ter a seguinte redação:

“Das comissões devidas aos despachantes aduaneiros pelos despachos de importação, exportação, reexportação, trânsito, embarque e cabotagem, será deduzida na própria nota a percentagem de 4%, que será abonada aos servidores das repartições aduaneiras e contadores junto as intimas que intervierem no recolhimento, escuratamento e entrega das referidas comissões.”

Art. 3º O Departamento de Rendas Aduaneiras manterá um Cadastro Geral de Assinaturas e Rubrica dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, com o fim de melhor identificar a existência de fraudes nas notas de importação, guias de arremate em leilão e demais documentos emitidos pelas repartições aduaneiras.

Parágrafo único. Os exemplares do cadastro mencionado neste artigo serão biênnemente e distribuídos por todas as unidades administrativas dos Serviços Aduaneiros para uso geral dos funcionários fiscais das respectivas repartições.

Art. 4º Compete ao Serviço Nacional de Fiscalização das Rendas Aduaneiras o julgamento dos processos fiscais instaurados em sua jurisdição,

bem como a revisão dos despachos aduaneiros e a comprovação da boa aplicação de materiais importados com favores fiscais, devendo serem realizados por este Serviço os leilões das mercadorias por ele apreendidas.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1967. — *Francelino Pereira*, Presidente — *Marcello de Alencar*, Relator.

PARECER

Nº 19, de 1967 (C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), que "Dispõe sobre o leilão de mercadorias pelas repartições aduaneiras".

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Mista designada para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN), que "Dispõe sobre o leilão de mercadorias pelas repartições aduaneiras", aprovou o parecer do Relator e o substitutivo anexo os que foram incorporados ao projeto, o parecer do Relator, as emendas e subemendas aprovadas.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1967. — *Francelino Pereira*, Presidente — *Marcello de Alencar*, Relator — *Cantídio Sampaio* — *Fernando Correa* — *Teotônio Vilela* — *Raimundo Parente* — *Medeiros Netto* — *Clodomir Millet* — *Erasmio Pedro* — *Doin Vieira* — *Desiré Guarani* — *Aluis Jorge Curi* — *Eurico Rezende* — *Leandro Maciel* — *Aloysio de Carvalho*.

E o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO

Do Projeto de Lei nº 9, de 1967 (CN) que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizadas pelas repartições aduaneiras e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Alteração 1ª: o § 1º do art. 63 passa a ter a redação seguinte:

"§ 1º A venda em leilão será determinada pelo chefe da repartição aduaneira no prazo máximo de 60 (sessenta) dias depois de findo o processo fiscal."

Alteração 2ª: acrescente-se ao art. 13 os seguintes parágrafos:

"§ 4º Será publicado no órgão oficial ou, na falta deste, no órgão de maior circulação, ou, ainda, afixado na repartição, em local acessível ao público, edital anunciando o leilão, com indicação do local, dia e hora da sua realização em primeira, segunda e terceira praças e das espécies de mercadorias que serão oferecidas à licitação.

§ 5º O edital será publicado ou afixado com a antecedência mínima de oito dias da data da realização do leilão e dele deverão constar as condições, exigências e sanções estabelecidas em lei ou regulamento e, quando for julgado necessário para orientação dos interessados, o estado em que serão vendidas as espécies arroladas no edital.

§ 6º Quando se tratar de leilão de acentuado interesse comercial, dada a qualidade, quantidade, variedade e valor das mercadorias especificadas no edital, poderá o chefe da repartição autorizar a publicação de nota resumida anunciando a sua realização, desde que existam recursos para atender às respectivas despesas.

§ 7º O leilão poderá ser substituído, na forma do regulamento, por venda efetuada mediante concorrência pública, reservado à autoridade aduaneira o direito de anular qualquer concorrência por despacho justificado, se houver justa causa.

§ 8º A venda em leilão ou concorrência pública poderá, quando for mais conveniente para os interesses da fazenda nacional, ser promovida em qualquer outra repartição, nos termos das normas baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras."

Alteração 3ª: acrescente-se ao art. 67 os seguintes parágrafos:

"§ 1º Todos os volumes contendo mercadorias relacionadas para leilão deverão ser contados e rotulados com indicação de nome da repartição, número do processo, especificação genérica da mercadoria e a sua origem ou procedência.

§ 2º As mercadorias só serão entregues aos arrematantes depois de autenticadas pela forma que for determinada pelo Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, de maneira a possibilitar a sua identificação pelos agentes fiscais, encarregados do seu controle.

§ 3º Aceito o lance oferecido, o arrematante, depois de feito o depósito exigido pelo artigo 68, assinará com o Presidente, o escrivão e o leiloeiro o competente termo, ficando assim consumada a venda, que só será anulada se a nota ou despacho de leilão não for liquidada com o pagamento da parte restante dentro de oito dias da data do recebimento desse documento de receita, se o arrematante não atender às exigências do artigo 70, ou se, no ato da entrega das mercadorias, ficar apurado serem elas diferentes em qualidade e quantidade das constantes do edital.

§ 4º O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior, quanto ao pagamento do débito consignado na nota de leilão, ou o não atendimento da exigência do art. 70, importa na anulação da praça e na perda do sinal a favor da Fazenda Nacional.

§ 5º O termo referido no § 3º deste artigo será lavrado em livro próprio, cujo modelo, para efeito de uniformidade, deverá ser aprovado pelo Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras e conterá o nome do arrematante, seu endereço, número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda quando se tratar de firma, sociedade comercial ou industrial, número do leilão, data da sua realização, número do processo descrição das mercadorias, preço da arrematação e impostos e taxas devidos.

§ 6º O arrematante de produtos estrangeiros deverá efetuar o registro das espécies adquiridas no livro próprio para esse fim instituído pela legislação que disciplina o controle fiscal do imposto sobre produtos industrializados.

Alteração 4ª: o art. 68 e seu parágrafo único passam a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 68. As mercadorias arroladas para leilão serão levadas a três praças e só serão consideradas arrematadas se na primeira praça o maior lance atingir o valor da avaliação, na segunda, o valor estipulado para a primeira com abatimento de 15%, e, na terceira o valor da segunda com redução de 20%.

Parágrafo único. Se não houver licitante em nenhuma das

praças ou ofertas na terceira não atingirem o limite máximo fixado neste artigo, o chefe da repartição dará conhecimento do fato ao Diretor do Departamento de Rendas Aduaneiras, para que este adote as providências que julgar mais convenientes aos interesses da fazenda nacional, seja determinando a realização de novo leilão, seja mandando proceder à nova avaliação em bases que se ajustem ao valor mínimo fixado para a segunda praça, ou, ainda, quando as circunstâncias o permitirem, autorizando a realização do leilão em outra repartição aduaneira."

Alteração 5ª: o art. 70 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70. Nos leilões aduaneiros somente serão admitidos a licitar os importadores e comerciantes devidamente registrados no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda e a liberação da mercadoria arrematada somente será feita a contribuintes que comprovem, com documento hábil, não terem, no biênio anterior à realização do leilão, incorrido em sanções decorrentes da prática de delito, contravenção ou fraude fiscal ou cambial, devendo o atestado ou certidão consubstanciando essa prova ser baseado nos registros da repartição referentes aos pretendentes à licitação.

§ 1º No caso de mercadoria em unidade ou em diminuta quantidade, sem destinação comercial, poderão ser admitidas a licitar as pessoas naturais, atendidas as instruções que nesse sentido forem baixadas pelo Departamento de Rendas Aduaneiras.

§ 2º Ficam excluídos da faculdade prevista no parágrafo anterior os funcionários públicos com exercício em repartição aduaneira, as pessoas interessadas na ação fiscal, os responsáveis incriminados no processo em que houver sido aplicada a pena de perda da mercadoria levada a leilão, bem como os despachantes aduaneiros, os corretores de navios, seus ajudantes e prepostos.

Alteração 6ª: o art. 168 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 168. Na distribuição do produto do leilão realizado pela repartição aduaneira, serão observados os mesmos critérios estabelecidos pelo art. 4º da Lei nº 5.314, de 11 de setembro de 1967, que disciplina matéria idêntica quando o leilão de mercadorias estrangeiras é efetuado pelas repartições subordinadas ao Departamento de Rendas Internas."

Art. 2º Substitua-se, a partir de 1968, a arrecadação da taxa de despacho aduaneiro pela arrecadação do imposto de exportação para efeito de cálculo da parte variável do regime de participação dos agentes fiscais do imposto aduaneiro.

Art. 3º O Departamento de Rendas Aduaneiras manterá um Cadastro Geral de Assinaturas e Rubricas dos Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro com o fim de melhor identificar a existência de fraudes nas notas de importação, guias de arremate em leilão e demais documentos emitidos pelas repartições aduaneiras.

Parágrafo único. Os exemplares do Cadastro mencionado neste artigo serão revistos bianualmente e distribuídos por todas as unidades admi-

nistrativas dos Serviços Aduaneiros para uso geral dos funcionários fiscais das respectivas repartições.

Art. 4º Não será exigido o imposto a que se refere a Lei nº 4.305, de 30 de novembro de 1964, nos atos jurídicos e seus instrumentos em que forem parte os Institutos de Previdência, as Caixas Econômicas, os Montepios Municipais e demais Autarquias Federais, Estaduais e Municipais de assistência social, em suas operações imobiliárias.

Art. 5º Compete ao Serviço Nacional de Fiscalização das Rendas Aduaneiras o julgamento dos processos fiscais instaurados em sua jurisdição, bem como a revisão dos despachos aduaneiros e a comprovação da boa aplicação de materiais importados com favores fiscais, devendo ser realizados, por este Serviço os leilões das mercadorias por ele apreendidas.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RELATÓRIO

Projeto de Lei nº 10, de 1967 (C.N.)

Sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1967 (CN), que "altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos, e dá outras providências".

Relator: Deputado Montenegro Duarte.

1. Acompanhado de mensagem, que tomou igualmente o nº 10 e de Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Aeronáutica, enviou o Poder Executivo ao Congresso Nacional projeto de lei que "altera o Decreto-lei nº 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências".

2. O Projeto de Lei nº 10 visa, segundo registra a Exposição de Motivos, compatibilizar a estrutura do Q. O. Eng. com os preceitos constantes do Decreto-lei nº 290 de 25 de fevereiro de 1967 e com o Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967. Para isso procura dar maior flexibilidade ao Quadro mediante:

a) acesso mais fácil ao Quadro dos oficiais que atualmente integram, como engenheiros, o Quadro de Oficiais Aviadores; dos Oficiais da Reserva de 2ª Classe, convocados em serviço ativo; militares dos diversos Quadros de Oficiais e do Corpo de Pessoal Subalternos da Aeronáutica da Ativa, bem como Oficiais atualmente matriculados no IME e ITA;

b) ampliação dos prazos de opção para o Quadro de Oficiais Engenheiros;

c) adoção de critérios e processos que visem facilitar, observada a eficiência profissional, o acesso ao Quadro de Oficiais Engenheiros.

PARECER

Nº 20, de 1967 (C.N.)

DA COMISSÃO MISTA

3. A proposição não contraria a Constituição de 1967.

4. O projeto é, também, jurídico.

5. Cabe, tão somente, sugerir alteração que vise melhor ordenar e aplicar de forma mais justa os benefícios originários da implantação do novo Quadro, que a lei proposta proporcionará, inequivocamente.

A experiência tem demonstrado, nas instituições militares, que a aplicação não equilibrada dos benefícios decorrentes das oportunidades que os

novos quadros de pessoal das forças armadas oferecem gera decalques hierárquicos indesejáveis à disciplina da Organização.

Com efeito, criado o novo quadro, os militares de outros quadros — Quadro de Oficiais Aviadores, por exemplo — que passarem para o quadro em organização, terão acesso muito mais rápido que no quadro original, atingindo, somente por este motivo, postos mais elevados que de seus próprios superiores no Quadro de origem.

Para evitar que, no caso presente, tal ocorra, sugere-se que as promoções anuais não excedam a um quinto do efetivo de cada posto, ao invés de um terço, e que tal limite seja observado durante os cinco primeiros anos a partir da constituição do Quadro.

6. Os propósitos visados pelo projeto são relevantes, facilitando a organização e a mobilização de técnicos para o Ministério da Aeronáutica que no setor, já dispõe de um vasto acervo de realizações em benefício da coletividade, contribuindo para a formação da infra-estrutura de transportes, com seus engenheiros, principalmente em regiões inóspitas e de difícil acesso, como na Amazônia, onde o trabalho da COMARA abrindo campos de pouso nas regiões de florestas mais densas e mais afastadas, deverá ser estimulado e enaltecido, não só como um pleito de justiça mas, igualmente, visando assegurar e garantir a soberania brasileira.

Assim na linha do exposto, opinamos pela aprovação do projeto com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 (R)

Ao art. 10 dê-se a seguinte redação.

Art. 10. O art. 15 passa a ter a seguinte redação, suprimidos o parágrafo único e seus incisos:

"Art. 11. Para fins de preenchimento das vagas iniciais nos diversos postos do Q. O. Eng., o número de promoções anuais não deverá exceder a um quinto do efetivo de cada posto, nos cinco primeiros anos a partir da constituição do Quadro".

Sala das Comissões, 5 de outubro de 1967. — Carlos Lindenberg, Presidente. — Montenegro Duarte, Relator. — Menezes Pimentel. — Ney Braga. — Bezerra Netto. — Osny Régis. — Arnaldo Garcez. — Milton Brandão. — Adhemar Ghisi. — Carvalho Pinto. — Arnaldo Prieto. — Leandro Maciel. — José Guimard. — Ruy Carneiro. — Petrólio Portela.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao PLC 58-67 (nº 434-B-67, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE OUTUBRO DE 1967

As dezessete horas do dia cinco de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Celso Ramos, João Cleofas e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Cândido Sampaio, Flôres Soares e Henrique Henkin, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1967 (nº 434-B-67), na

Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

Dando início aos trabalhos, assume a Presidência, na forma regimental, o Senhor Senador Celso Ramos que, depois de introduzir a Comissão Mista, determina seja procedida às seguintes para Presidente e Vice-Presidente, através de sorteio secreto por cédulas uninominais, de acordo com o art. 32 do Regimento Comum, convidando para Escrutinador o Senhor Deputado Cândido Sampaio.

Encerrada a votação, apura-se os seguintes resultados:

Para presidente:
Deputado Flôres Soares 5 votos
Senador Lino de Mattos .. 1 voto;

Para Vice-presidente:
Deputado Henrique Henkin . 5 votos
Senador João Cleofas 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa para as funções de Relator o Senhor Senador Lino de Mattos.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 6 DE OUTUBRO DE 1967

As quatorze horas do dia seis de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Deputado Flôres Soares, Presidente, presentes os Senhores Senadores Celso Ramos, João Cleofas e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Cândido Sampaio e Henrique Henkin, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1967 (nº 434-B-67 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

Aberto os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Lino de Mattos que, na qualidade de Relator, trata considerações sobre a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso bem como as razões alegadas pelo Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processo em tela, a exposição do Sr. Relator é apresentada sob a forma de Relatório.

Em discussão, não havendo quem deseje fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina a votação do Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião; para constar, eu, Mário Nelson Duarte, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO

Nº 45, de 1967

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto do Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1967 (Projeto de Lei nº 434-B-1967), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

Relator: Senador Lino de Mattos. No uso das atribuições que lhe conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da

Constituição, o Presidente da República decidiu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 434-B-67 (nº Senado nº 97-67), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do artigo 2º do Decreto-Lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

ORIGEM DO PROJETO

O Projeto em referência é de autoria do Poder Executivo, e foi encaminhado ao Congresso com exposição de motivos do Ministério da Indústria e do Comércio, tendo o objetivo de assegurar e reabilitação técnica da mina siderúrgica de Mogi das Cruzes, de propriedade da Mineração Geral do Brasil Ltda. A exposição de motivos salienta, entre outras coisas, a urgência de proporcionar a Companhia Siderúrgica Nacional os recursos financeiros previstos no § 2º do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 280-67, "posto que no estágio atual nova paralisação da usina (de Mogi das Cruzes) poderia provocar o agravamento do problema econômico-social, com risco à própria segurança nacional, que é dever preservar."

DISPOSITIVO VETADO

O veto incidiu sobre o artigo 4º do Projeto, que foi considerado contrário ao interesse público.

Referido dispositivo não constava do Projeto oriundo do Poder Executivo. Advém do substitutivo que os Deputados Lurtz Sabia e Gastone Rigli apresentaram conjuntamente, na Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara, depois de se manifestarem contrários ao parecer favorável do Relator Deputado Cândido Sampaio.

Em plenário, o substitutivo em apreço foi rejeitado, com ressalva do art. 4º, para o qual fora solicitado destaque e que mereceu aprovação. E o seguinte o dispositivo vetado:

Art. 4º Fica revogado o art. 3º do Decreto-Lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.

O art. 3º, a que alude o artigo transcrito, tem o teor que segue:

Art. 3º Os trabalhadores da Mineração Geral do Brasil Ltda. com salários em atraso, converterão pelo menos 50% (cinquenta por cento) de seus créditos a esse título, existentes a 23 de fevereiro de 1967 e na base em que viriam sendo pagos, em ações da COSIM após a aprovação pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

RAZÕES DO VETO

Foram essas as razões apresentadas pelo Presidente da República, ao negar sanção ao art. 4º citado:

"A determinação constante do artigo 3º do Decreto-Lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu a participação dos trabalhadores da antiga Mineração Geral do Brasil Ltda., no capital social da Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (COSIM), resultou de entendimentos e plena concordância dos operários.

A retroação do citado artigo 3º daquele diploma legal, além de violar compromisso assumido com os trabalhadores da antiga empresa, viria onerar o Tesouro e dificultar o programa de recuperação da Usina de Mogi das Cruzes.

CONCLUSÃO

Foi observado, pelo Chefe do Governo, o decurso constitucional, estando, assim, o Congresso Nacional habilitado a apreciar o veto em questão.

Sala das Comissões, em 6 de outubro de 1967. — Flôres Soares, Presidente. — Lino de Mattos, Relator. — Celso Ramos. — João Cleofas, com restrições. — Cândido Sampaio. — Henrique Henkin.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao PLC 58-67 (nº 1.438-C-67, na Câmara), que concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

ATA DA 1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 6 DE OUTUBRO DE 1967

As dezesseis horas do dia seis de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Domício Gondim, Adolpho Franco e Antônio Balbino e os Srs. Deputados Ruy Santos, Armando Corrêa e Franco Monteiro, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 (nº 1.438-C-67, na Casa de origem), que concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Na forma regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Adolpho Franco que, declarando instaurada a Comissão, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, através de sorteio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando para Escrutinador o Senhor Deputado Armando Corrêa.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Ruy Santos 5 votos
Senador Antônio Balbino 1 voto;

Para Vice-Presidente:

Senador Antônio Balbino 5 votos
Deputado Armando Corrêa 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Domício Gondim para as funções de Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 2ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 1967

As quatorze horas do dia nove de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Domício Gondim, Adolpho Franco e Antônio Balbino e os Srs. Deputados Armando Corrêa e Franco Monteiro, sob a Presidência do Sr. Deputado Ruy Santos, Presidente, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1967 (nº 1.438-C-67, na Casa de origem), que concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Domício Gondim que, na qualidade de Relator, trata considerações sobre a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processo em tela.

Em discussão, não havendo quem deseje fazer uso da palavra, o Sr.

Presidente declara em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Nº 47, de 1967

Da Comissão Mista incumbida de apurar o veto do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 1438-C-60 (nº 58, de 1967, no Senado), que concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Relator: Senador Domício Gondim

O Presidente da República, no uso de suas atribuições (artigo 70, parágrafo 1º, e 87, II), houve por bem vetar o Projeto de Lei da Câmara nº 1.438-C-60, por considerá-lo, contrário ao interesse público.

O PROJETO, ORIGEM E JUSTIFICAÇÃO

O projeto vetado originou-se de Mensagem do então Presidente Juscelino Kubitschek e tem por objeto conceder isenção, pelo prazo de um ano, dos impostos de importação e de consumo, para materiais sem similar nacional destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas, e se encontra assim redigido:

"Art. 1º É concedida, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para equipamento, máquinas, peças complementares, acessórios e acessórios, ferramentas, material especializado e específico, sem similar nacional registrado, importados por empresas industriais instaladas no Brasil, e destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Art. 2º A isenção concedida abrange igualmente os bens descritos no art. 1º desta lei já importados pelas empresas e despendidos nas repartições aduaneiras mediante assinatura do respectivo termo de responsabilidade, desde que o ônus dos tributos não tenha sido nem venha a ser transferido pelo importador ao primeiro adquirente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário."

A justificação da matéria faz parte da exposição de Motivos nº 1.271-59, do Sr. Ministro da Fazenda, que passamos a transcrever:

"O Conselho de Política Aduaneira submeteu a este Ministério o pedido da Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A. no sentido de ser encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, acompanhando projeto de lei idêntico ao substitutivo aprovado pela Comissão de Economia da Câmara dos Deputados ao Projeto nº 2.773-57.

2. Sobre o assunto, o referido órgão esclarece o seguinte:

a) que, em 17 de abril próximo passado, a Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A. solicitou, como medida de equidade, a extensão a todas as empresas congêneres da isenção de direitos de que é beneficiária apenas uma empresa, por força da Lei nº 411, de 29 de setembro de 1948;

b) que, no seu pedido, argumentava a interessada com a si-

tução de inferioridade em que se encontram os demais fabricantes de material telefônico frente a beneficiária da citada Lei nº 411, ponderando a demora normal no processo legislativo e encarecendo a necessidade de serem restabelecidas condições equitativas de concorrência;

c) que, examinada a proposição, foi a mesma matéria, não obstante as circunstâncias militantes em favor da causa da peticionária por não ser possível ao Conselho estender a terceiros favores concedidos a ourem, através de lei específica.

3. Quanto ao encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, entendo que essa providência antecipa os propósitos corretivos do Projeto número .. 2.773-57, restabelecendo, no âmbito aduaneiro, a necessária igualdade de condições de competição, eliminando o tratamento preferencial dispensado a uma única e determinada empresa.

4. Concluindo, manifesta-se pela adoção da medida solicitada.

5. Tendo em vista as circunstâncias ressaltadas pelo Conselho de Política Aduaneira e dentro da orientação firmada por este Ministério na concessão de favores fiscais, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossa Excelência, acompanhada de projeto de lei respectivo, a inclusa mensagem pela qual é solicitada isenção do imposto de importação, pelo prazo de um ano, para os equipamentos, peças complementares e materiais específicos, a serem importados por empresas industriais instaladas no País, e destinados à fabricação de centrais telefônicas automáticas."

TRAMITAÇÃO

A matéria teve tramitação das mais acidentadas.

Na Câmara:

Foi arquivada em 1960, tendo em vista o projeto nº 2.773, de 1957, o qual atende aos seus objetivos pelo prazo de cinco anos. No entanto, em 1964, já examinado o projeto mencionado e verificada a necessidade de renovar a isenção em tela, a proposição foi desarquivada, a requerimento do Líder Pedro Aleixo.

No Senado:

Foi inicialmente ouvida a Comissão de Constituição e Justiça sobre sua constitucionalidade, recebendo parecer favorável.

Em seguida foi submetida ao crivo das Comissões de Indústria e Comércio e de Economia. Nesta última o relator, Senador Lino de Matos, houve por bem aprová-la ante o pronunciamento favorável do Ministro Delim Neto, manifestado pelo telex nº 377, de 3.8.67.

RAZÕES DO VETO

O veto foi tempestivamente aposto e são as seguintes as razões do Senhor Presidente da República:

"A política de substituição de importações adotada pelos países em desenvolvimento utiliza dos mais variados instrumentos de defesa, seja pelo emprego dos incentivos fiscais, seja pela dosagem das isenções tributárias. No que concerne a este último instrumental, as isenções tributárias para importação não se aplicam aos produtos e bens com similar nacional que possam ser produzidos no País em condições satisfatórias.

No projeto de lei em tela, mantida a expressão "sem similar nacional registrado", estaria permitida a importação, sem gravame, de equipamento completo desde que esteja desmontado, concor-

rendo dessa forma os favores fiscais para o desestímulo daqueles que já se encontram engajados na nascente e promissora indústria nacional de telecomunicações.

Também quanto à regra prevista no art. 2º do Projeto de Lei cuja sanção é recusada, as condições estabelecidas para atingir importações pretéritas, mediante assinatura de termo de responsabilidade, "desde que os onus dos tributos não tenham sido ou venham a ser transferidos pelo importador ao primeiro adquirente", embora pareça justa, não tendo sido completada por disposição adicional, entendo inexecutível, pois não contendo as licenças de importação o nome da concessionária a que se destina o equipamento, nem referência ao respectivo contrato, as repartições competentes não terão condições de julgar se determinada importação efetuada no passado com assinatura de termo de responsabilidade refere-se a material que parte de um contrato, pelo qual a concessionária terá que arcar com o eventual ônus tributário, ou de outro tipo de contrato, no qual o preço foi calculado já incluindo tais despesas, caso em que os favores fiscais beneficiariam adicionalmente o fabricante.

Ademais, a legislação vigente atende ao objetivo do Projeto, concedendo, nos termos do Decreto-lei nº 46, de 18 de novembro de 1966, incentivos fiscais às indústrias, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da vigência daquela lei, no que tange, também, a equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios sobressalentes e ferramentas destinadas, especificamente, às indústrias de materiais elétricos e eletrônicos, assim consideradas a fabricação e montagem de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios e componentes elétricos e eletrônicos."

CONCLUSÃO

A Comissão, ante o exposto, conclui o seu relatório sobre o veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1.438-C-60, na expectativa de haver propiciado aos Srs. Congressistas condições para bem apreciar a matéria.

Sala das Comissões, em 9 de outubro de 1967. — Ruy Santos, Presidente — Domício Gondim, Relator — Adolpho Franco — Antônio Bulbino — Armando Corrêa — Franco Montoro.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao PLC 86-67 (nº 343-B-67, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 1967.

As dezesseis horas do dia nove de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Paulo Sarazate e Bezerra Neto e os Senhores Deputados Braga Ramos, Lauro Cruz e Chagas Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B de 1967, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

Na forma regimental assume a Presidência o Senhor Deputado Lau-

ro Cruz que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando o Senhor Senador Paulo Sarazate para Escrutinador do pleito.

Encerrada a votação, apurase o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Antônio Carlos ... 5 votos
Senador Paulo Sarazate ... 1 voto;

Para Vice-Presidente:

Deputado Lauro Cruz 5 votos
Senador Bezerra Neto 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Bezerra Neto para as funções de Relator da Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 1967

As quinze horas do dia dez de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, Presidente, presentes os Senhores Senadores Paulo Sarazate e Bezerra Neto e os Senhores Deputados Braga Ramos, Lauro Cruz e Chagas Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B-67, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Bezerra Neto que, na qualidade de Relator, faz considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Sr. Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, nenhum dos Senhores Congressistas "seja fazer uso da palavra e o Sr. Presidente declara a matéria em votação, sendo o Relatório aprovado e assinado pelos Presentes.

E, nada mais havendo, que tratar, encerra-se a Reunião; para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Nº 46, de 1967

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1967 (nº 343-B, de 1967, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.

Relator: Senador Bezerra Neto

Pela Mensagem nº 666, de 2 de outubro do ano em curso, o Sr. Presidente da República comunicou que, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 4º, § 1º, e 83, III, da Constituição, vetou parcialmente o Projeto de Lei na Câmara número 343-B-67 (no Senado nº 86-67), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar

ORIGEM DO PROJETO

O projeto vetado é de iniciativa do Poder Executivo que o encaminhou ao exame do Congresso Nacional através da Mensagem nº 492 de 8 de junho de 1967, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Educação e Cultura.

O PROJETO NO CONGRESSO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados a Comissão de Constituição e Justiça opinou pela constitucionalidade e juridicidade da proposição e, contrariamente, à emenda de plenário.

A Comissão de Educação e Cultura aprovou-a com seis emendas do Relator, Deputado Lauro Cruz, tendo a Comissão de Finanças se manifestado, igualmente, pela sua aprovação com uma emenda à emenda.

No Senado Federal, as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto, tendo este último técnico apresentado uma emenda de redação.

AS RAZÕES DO VETO

Por julgar contrárias ao interesse público, o Sr. Presidente da República opôs veto às seguintes disposições:

1) O art. 10 e seu parágrafo. Estes dispositivos têm a seguinte redação:

"Art. 10. Os equipamentos necessários à produção de material didático, importado pela Fundação Nacional de Material Escolar, respeitada a similaridade na produção nacional, gozarão de isenção do imposto sobre a importação e do imposto sobre produtos industrializados, bem como da taxa de despacho aduaneiro, ficando-lhes assegurada a abertura cambial prioritária.

Parágrafo único. Os bens, equipamentos e materiais importados com os favores previstos neste artigo, destinam-se à utilização privativa da Fundação Nacional de Material Escolar, não podendo ser alienados, salvo quando se justificar a substituição de equipamentos por outros mais aperfeiçoados, devendo a alienação ser aprovada pelo Ministro da Educação e Cultura".

Os dois dispositivos vetados constam, quase na íntegra, do texto do próprio projeto do Poder Executivo, a exceção das seguintes expressões finais do parágrafo único: salvo quando se justificar a substituição de equipamentos por outros mais aperfeiçoados, devendo a alienação ser aprovada pelo Ministro da Educação e Cultura", expressões estas que foram introduzidas pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados ao aprovar a emenda nº 5 do Relator.

O Sr. Presidente declarou, na Mensagem, que ambos os dispositivos são ociosos uma vez que a Fundação, como órgão da Administração Federal Indireta, assim definida no art. 4º, § 2º, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, gozará de isenção tributária, nos termos da legislação geral".

2) O art. 11.

Está assim redigido este dispositivo vetado:

"Art. 11. A dotação orçamentária, consignada à Campanha Nacional de Material de Ensino no orçamento de 1967, fica transferida para a Fundação Nacional de Material Escolar".

Da mesma forma que as disposições anteriores, esta é, também, de iniciativa do Poder Executivo.

Vetou-a, porém, o Sr. Presidente da República sob a alegação de que "a transferência, para a Fundação, das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento de 1967 à Campanha Nacional de Material de Ensino, nesta fase do ano, não teria

sentido prático, pois não haveria tempo suficiente para a Fundação se constituir e utilizar aquelas dotações no presente exercício".

3) O § 1º do art. 12.

Tem a seguinte redação este dispositivo:

"Art. 12.

§ 1º O quadro do pessoal referido neste artigo deverá ser aprovado pelo Conselho Técnico Consultivo e homologado pelo Ministro da Educação".

Esta disposição foi incluída no texto do projeto, em virtude da aprovação da emenda nº 6, da Comissão de Educação e Cultura.

Ao vetá-la, assim declarou o Senhor Presidente da República:

"O Governo vem adotando a prática salutar de submeter à aprovação do Presidente da República as tabelas de pessoal das autarquias e fundações de Direito Público, para poder exercer sobre tão importante aspecto da Administração Pública o necessário controle, que é um dos cinco princípios fundamentais das atividades da Administração Federal, segundo o art. 6º do citado Decreto-lei nº 200, de 1967. Contrária, portanto, o interesse público, a aprovação das tabelas de pessoal por autoridade de outro nível".

4) Os §§ 2º e 3º do art. 12.

A redação destes parágrafos é a seguinte:

"§ 2º Os funcionários que estão atualmente prestando serviços à Campanha Nacional de Material de Ensino permanecerão à disposição da Fundação Nacional de Material Escolar e constituirão um quadro especial, sendo-lhes assegurados os direitos e vantagens dos servidores públicos.

§ 3º Ficarão igualmente à disposição da Fundação Nacional de Material Escolar todos os servidores regidos pela legislação trabalhista que atualmente prestam serviços na Campanha Nacional de Material de Ensino".

Estes dois dispositivos foram, também, propostos pelo próprio Poder Executivo.

Vetou-os, contudo, o Sr. Presidente da República por entender que "a Política de Pessoal espelhada pela Reforma Administrativa assente, entre outros princípios, na mobilidade de pessoal, para permitir que a fixação da quantidade de servidores se faça de acordo com as reais necessidades do serviço, redistribuindo-se o pessoal ocioso segundo a conveniência dos diferentes órgãos e a capacidade funcional de cada um (art. 94, IX e X, arts. 98 e 99 do citado Decreto-lei número 200, de 1967)".

CONCLUSÃO

A vista do presente Relatório, esta Comissão Mista julga haver fornecido os elementos informativos e esclarecedores suficientes à apreciação definitiva, pelo Congresso Nacional, do veto em apreço, oposto dentro do prazo constitucional e com base em dispositivo da mesma Constituição.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1967. — Antonio Carlos, Presidente. — Beterra Neto, Relator. — Paulo Saraute. — Braga Ramos. — Lauro Cruz. — Chagas Rodrigues.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao PL 6-67 (CN), que integra o seguro de trabalho na previdência social e dá outras providências.

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 9 DE OUTUBRO DE 1967.

As dezoito horas do dia nove de outubro de mil novecentos e sessen-

ta e sete, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Teotônio Vilela, Leandro Maciel e José Ermirio e os Senhores Deputados Geraldo Freire, Osmar Cunha e Athie Coury, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 6, de 1967 (C.N.), que integra o seguro de acidentes de trabalho na previdência social e dá outras providências.

Em obediência ao preceito regimental, assume a presidência o Senhor Senador José Ermirio que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no art. 32 do Regimento Comum, convidando o Senhor Deputado Geraldo Freire para Escrutinador.

Encerrada a votação, apurou-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Geraldo Freire ... 5 votos
Senador Teotônio Vilela ... 1 voto;

Para Vice-Presidente:

Deputado Osmar Cunha ... 5 votos
Deputado Athie Coury ... 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador José Ermirio Relator da matéria pertinente à Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 1967

As dezoito horas do dia dez de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Geraldo Freire, Presidente, presentes os Senhores Senadores Teotônio Vilela, Leandro Maciel e José Ermirio e os Senhores Deputados Osmar Cunha e Athie Coury, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 6, de 1967 (C.N.), que integra o seguro de acidentes de trabalho na previdência social e dá outras providências.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Ermirio que, na qualidade de Relator, toca considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões alegadas pelo Sr. Presidente para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu veto ao processo em tela.

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina em regime de votação o Relatório, que é aprovado e assinado pelos presentes.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Nº 48, de 1967

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Congresso Nacional número 6, de 1967, que integra o seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social e dá outras providências.

Relator: Senador José Ermirio.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Consti-

tução, decidiu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6 de 1967, que integra o seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social e dá outras providências.

I — O PROJETO

De iniciativa do Poder Executivo o Projeto em referência chegou ao Congresso Nacional através da Mensagem do Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro do Trabalho e Previdência Social, em que é explicitamente exposto o problema da integração do seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social.

Na análise que apresenta, o titular do Trabalho defende o ponto de vista de que a medida preconizada "representará inevitável passo à frente no sentido da racionalização, simplificação e maior eficiência das serviços de proteção social a cargo do Poder Público e, trazendo o "infortúnio profissional para o âmbito da Previdência Social, mediante auxílio especial ao acidentado, atenderá ao mesmo tempo aos interesses deste e aos da empresa".

II — DISPOSITIVOS VETADOS

O veto presidencial incidirá sobre os seguintes dispositivos: Art. 26; — Artigos 32 e parágrafos; 33 e parágrafos; 34, 35 e parágrafos; 25, 37 e parágrafo; 38, 39 e 40.

Quanto ao artigo 26, foi incluído no Substitutivo apresentado ao Projeto original, pelo Relator Deputado Rui Santos e ora, inicialmente, o artigo 27. Sucede que, em plenário, os líderes do MDB no Senado e na Câmara, respectivamente, Senador Aurélio Viana e Deputado Mário Covas, requereram "destaque para rejeição do artigo 26 do Substitutivo da Comissão Mista". O requerimento foi aprovado, rejeitando-se a seguir o artigo 26, designação que passou ao dispositivo subsequente. Estava assim redigido o artigo vetado:

Art. 26. Para as operações com sociedades de seguros que possuam carteira de acidentes de trabalho, o Instituto de Seguros do Brasil fica autorizado, em título-excepcional, de 1º de janeiro de 1968 até 30 de junho de 1970, a proceder ao parcelamento de guias de recolhimento em cada caso concreto, em face da necessidade comprovada e do critério de seu Conselho Técnico.

Os demais dispositivos vetados formavam, de início, a Emenda nº 88 de autoria do Deputado Oswaldo Lima Filho. Sobre ela, assim opinou o Relator:

Esta emenda, tratando de seguro-incêndio, visa a adição de providência especial de reforço do pagamento da proteção às seguradoras nacionais, com o objetivo de melhorar-lhes a situação; nesse sentido o projeto prevê medidas que parecem suficientes. A despeito de seu inevitável interesse, a emenda não é pertinente, parecendo, por isso, que sua importante matéria deva ser objeto de proposição especial. Parecer contrário.

O autor, em plenário, requereu destaque para votação da Emenda, que constava de 9 (nove) artigos e que foi aprovada. Daí resultaram as disposições vetadas, que têm a seguinte redação:

Art. 32. Quando duas ou mais sociedades assumirem responsabilidade de seguro-incêndio sobre um mesmo seguro, é obrigatória a participação de sociedades nacionais no mínimo em 50% (cinquenta por cento) da importância segurada de cada um dos

bens que façam parte do mesmo seguro direto.

§ 1º A presente lei adota a conceituação de um mesmo seguro direto estabelecida no item I, do art. 80 do Decreto-lei número 2.065, de 7 de março de 1940, excluída a ressalva contida na letra b do mesmo dispositivo.

§ 2º As sociedades estrangeiras não poderão assumir responsabilidades de seguro-incêndio sobre os bens que, na data da publicação da presente Lei, estejam segurados exclusivamente em sociedades nacionais.

§ 3º Não é permitida a redução da percentagem total de participação das sociedades nacionais na importância segurada, quando na data da publicação da presente Lei o seguro-incêndio de quaisquer bens estiver distribuído entre duas ou mais sociedades.

§ 4º Para os efeitos dos parágrafos anteriores, consideram-se como do mesmo bem os seguros de conteúdos pertencentes ao mesmo proprietário, independentemente de sua renovação ou aumento.

Art. 33. É obrigatório o co-seguro-incêndio quando as instalações seguradas sobre um mesmo seguro direto forem iguais ou superiores a NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos).

Parágrafo único. A verba de apólice-incêndio que enquadrar responsabilidades situadas em vários locais será considerada, para os fins desta Lei, um mesmo seguro direto, estando sujeita à obrigatoriedade do co-seguro, se seu montante for igual ou superior a NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos).

Art. 34. Havendo co-seguro obrigatório, o número mínimo de sociedades nacionais participantes e a percentagem mínima de participação de cada uma será regulados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.

Art. 35. As percentagens das responsabilidades das sociedades de seguros, nas apólices incêndio, devem ser sempre frações decimais finitas.

Parágrafo único. Nas apólices-incêndio, cada sociedade de seguros deve participar com igual percentagem em todas as suas verbas.

Art. 36. Se o seguro de bens de um mesmo proprietário estiver feito, na data da vigência desta Lei, em uma apólice para cada seguradora, e for desdobrado em várias outras, aplicar-se-á a todas as novas a mesma disposição que se obteria na apólice única pelas exigências desta Lei.

Art. 37. Nos casos de co-seguro obrigatório, o segurado deve escolher, entre os co-seguradoras, a líder, escolhida que constará de todas as apólices.

Parágrafo único. É lícito à líder cobrar das demais co-seguradoras, pelos serviços de coordenação, uma taxa de 2% (dois por cento) dos prêmios pagos pelo segurado a cada uma das sociedades.

Art. 38. Em cada apólice-incêndio cuja responsabilidade se iniciar ou renovar após a vigência desta Lei, as responsabilidades das sociedades seguradoras deverão enquadrar-se nos dispositivos agora estatuídos.

Art. 39. As sociedades de seguros que, isoladamente ou em conjunto, assumirem responsabi-

lidades superiores às permitidas por esta Lei estarão sujeitas a multa em importância correspondente às responsabilidades aceitas irregularmente, calculada na proporção de suas aceitações, — aplicando-se a multa em dobro na primeira reincidência e sendo cassada a autorização para funcionamento na segunda infração.

Art. 40. A fiscalização do cumprimento dos artigos 32 a 30 desta Lei caberá à Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP).

JUSTIFICAÇÃO

Na justificativa das disposições acima, diz o Deputado Oswaldo Lima Filho:

Reconhecendo o interesse social do Projeto nº 6-1967 que integra o seguro de acidentes na previdência social, medida que representará inegável progresso no sentido da racionalização e eficiência do seguro social mediante amparo especial e permanente aos trabalhadores acidentados, temos de reconhecer igualmente as repercussões econômicas prejudiciais às companhias seguradoras constituídas majoritariamente por acionistas brasileiros e reunindo assim capitais nacionais, aplicados neste ramo de atividade.

Como as companhias seguradoras nacionais obtêm cerca de cinquenta por cento dos seus recursos financeiros na realização de seguros de acidentes, é inegável o prejuízo que decorrerá da integração na Previdência Social da referida modalidade de seguro.

Acresce que o Governo passa do na execução de uma política hostil aos interesses econômicos do empresariado brasileiro, ao baixar o decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que regulou as operações de seguros, revogou todas as medidas de defesa das empresas seguradoras nacionais, em face da competição avassaladora dos grandes grupos internacionais de seguros.

Assim é que foi revogado o decreto-lei nº 3.172, de 3 de abril de 1941, que, baixado pelo então Presidente Getúlio Vargas, regulava o seguro-incêndio de modo a assegurar às empresas nacionais de seguro, pelo menos a participação em cinquenta por cento das referidas operações.

Embora o artigo 32, do citado Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribua ao Conselho Nacional de Seguros Privados aplicar às sociedades seguradoras estrangeiras o critério da reciprocidade, evidente que tal medida é inócua, pois as companhias nacionais jamais poderão atuar no exterior.

Por outro lado, o artigo 5º, II do citado Decreto-lei nº 73 especifica como objetivo da política de seguros evitar evasão de divisas no intercâmbio do País com o exterior. Todavia a revogação do Decreto-lei nº 3.172, de 3 de abril de 1941, e de outras medidas administrativas de defesa da economia das companhias seguradoras nacionais torna esses propósitos minuciosos.

Acredito que o atual Governo, tendo recentemente afirmado a intenção de retomar o desenvolvimento econômico através do fortalecimento da empresa privada nacional (Plano estratégico do Governo — Objetivos básicos, item I), não deverá negar a re-

tabelecimento das condições indispensáveis à sobrevivência das companhias seguradoras nacionais de modo a permitir que o processo social decorrente da estatização necessária, do seguro de acidentes do trabalho, não se converta num golpe mortal nas empresas nacionais de seguro em favor dos grandes grupos internacionais que já arrancam ao Brasil centenas de milhões de dólares em seguros marítimos. Parece-me que a sorte dessa emenda definirá a sinceridade nos seus propósitos anunciados de desenvolver o País em favor do nosso povo.

RAZÕES DO VETO

Foram estas as razões apresentadas pelo Presidente da República, ao vetar o art. 26:

Esse dispositivo, na sua essência, permite tratamento de exceção para as dezenove sociedades que operam no ramo Acidentes do Trabalho, no tocante ao parcelamento de guias de recolhimento. A possibilidade admitida pelo artigo 26 é realmente iniqua, pois estabelece discriminação entre as sociedades seguradoras, concedendo privilégio a poucas em detrimento de igual interesse da grande maioria das seguradoras, ferindo, assim, o princípio de isonomia assegurado pela Constituição. Por outro lado, esse privilégio trará grandes inconvenientes para o mercado segurador brasileiro.

O Instituto de Resseguros do Brasil recebe os resseguros de cada carteira (ramo incêndio, ramo transportes, etc), das sociedades, para com os prêmios decorrentes saldar os seus compromissos, que são representados pela constituição de reservas, pagamentos de sinistros e retrocessões. Retrocessão significa devolver às próprias sociedades parte dos prêmios recebidos. Torna-se evidente que o IRB precisa receber os prêmios de cada carteira para poder pagar as retrocessões e os sinistros.

Muito embora a concessão do parcelamento de guias ficasse na dependência de decisão do Conselho Técnico do IRB, esse parcelamento permitiria às sociedades pagar os seus prêmios de resseguro da forma deitada e o IRB por forma de sua condição, não pagar(de imediato, seus compromissos o que poderia resultar na sua eventual incapacidade de solvê-los.

Cabe, também, salientar, que o objetivo do artigo 26, significa, simplesmente, uma compensação pela perda dos negócios de acidentados do trabalho.

Entretanto, essa compensação foi dada sob uma forma tecnicamente inadmissível porque feita através do meio inadequado e até perigoso pois coloca em risco a segurança e estabilidade dos demais ramos de seguros.

Convém salientar que nunca as sociedades seguradoras fizeram resseguro no IRB de seus seguros de acidentes do trabalho.

Dessa forma as guias de recolhimento ao IRB não contém quaisquer parcelas referentes a prêmios de tais seguros. Assim, a diminuição ou eliminação da receita de acidentados do trabalho dessas companhias não afeta suas contas com o IRB.

O artigo 26 estabelece, ainda, que o tratamento excepcional,

para essas sociedades, vigorará durante o período de três anos dentro do qual os seguros respectivos se integrarão na Previdência Social. Essa transferência se fará de forma acentuada no primeiro ano, sendo que no segundo os prêmios são mínimos, e desprezíveis no terceiro, não se justificando, portanto, que se mantenha o privilégio — já de si injustificável — durante todo o período de transição.

As razões que o Presidente da República apresentou ao vetar os artigos 32 e parágrafos; 33 e parágrafo; 34, 35 e parágrafo; 36, 37 e parágrafo; 38, 39 e 40 foram as seguintes:

Esses artigos contêm matéria absolutamente estranha ao seguro de Acidentes do Trabalho e sua integração na Previdência Social constitui verdadeira impropriedade que fere princípios fundamentais da sistemática legislativa adotada pela Constituição de 24 de janeiro de 1967.

A questão do co-seguro em geral (inclusive o obrigatório), tal como disposto na legislação vigente, o Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, está afeta aos órgãos do Sistema Nacional de Seguros Privados. As regras que a disciplinarem devem ser flexíveis. — Como o são as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados — para acompanhar a evolução do mercado segurador nacional, atendendo, por outro lado, a complexidade técnica da matéria e às necessidades da política econômica do País.

A rigidez do texto aprovado pelo Congresso Nacional impede aquela flexibilidade cuja importância está acima salientada.

Cumprе ressaltar que o texto, aprovado limita a participação do segurador estrangeiro a 50% (cinquenta por cento) dos seguros referentes ao mesmo seguro direto, no ramo incêndio. As regras hoje vigentes para distribuição dos prêmios de seguro ressegurados pelo IRB a todo o mercado segurador estabelecem princípios técnicos pelos quais — sem nenhuma discriminação contra o segurador estrangeiro — estabelecido no País — os seguradores brasileiros são afortunados, através das retrocessões no ramo incêndio, com mais de 80% (oitenta por cento) da totalidade dos seguros, ficando dessa forma o segurador estrangeiro com apenas 20% (vinte por cento). Além disso, convém salientar que o texto em exame não atingiria plenamente o objetivo almejado, pois atualmente a maioria das companhias seguradoras estrangeiras controla pequenas sociedades nacionais através das quais continuariam a participar dos co-seguros. Torna-se evidente, pois, que o princípio visado pelo texto em exame, está não só atendido, mas superado pela sistemática de distribuição dos prêmios adotada pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

CONCLUSÃO

Foi observado, pelo Chefe do Conselho, o decêndio constitucional, usando dessa maneira o Congresso Nacional a par das informações que o habilitam a examinar o voto em questão.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1967. — Gerardo Freyre, Presidente. — José Frimiro, Relator. — Teotônio Vilela. — Leonir Medeiros. — Osmar Cunha. — Athéu Corrêa.

ATA DA 154ª SESSÃO, EM 11
DE OUTUBRO DE 19671ª Sessão Legislativa
Ordinária, da 6ª LegislaturaPRESIDÊNCIA DOS SRs.: GILBERTO
MARINHO E EDMUNDO LEVIAs 14 horas e 30 minutos acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos
Flavio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Cattete Pinheiro
Clodomir Milet
Victorino Freire
Menezes Pimental
Paulo Saracate
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
João Cleofas
José Ermírio
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Raul Giuberti
Paulo Torres
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedito Valadarez
Moura Andrade
Fernando Correa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Abertura em 11-10-67 às 14,30 hs.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão. Vai-se lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE
MENSAGENS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

1 — Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nomes indicados para cargos cujo provimento depende de aprovação dessa Casa do Congresso Nacional:

Nº 515-67 (nº de origem 683-67), de 10 do mês em curso, com referência à aprovação da escolha do Doutor Themistocles Brandão Cavalcanti, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nº 516-67 (nº de origem 684-67), de 10 do mês em curso, com referência à aprovação da escolha do Doutor Moacyr Amaral Santos, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha do Sr. Mário Vieira de Mello, para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Gana, nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 517, de 1967

(Nº 680-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal.

De acordo com o preceito constitucional e nos termos dos artigos 22 e 23, parágrafo 3º, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, combinados

SENADO FEDERAL

com o artigo 4º, da Lei nº 4.415, de 24 de setembro de 1964, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Mário Vieira de Mello, ocupante de cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Serviço Exterior Brasileiro, do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Gana.

2. Os méritos do Senhor Mário Vieira de Mello, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 10 de outubro de 1967.
— A Costa e Silva.

CURRICULUM VITAE E AMPLOS
ESCLARECIMENTOS DO MINISTRO
MÁRIO VIEIRA DE MELLO

Nascido em New Castle, Inglaterra, em 26 de maio de 1912 (brasileiro, de acordo com o artigo 69, nº 3, da Constituição de 1891).

2. Ingressou na carreira de Diplomata como Cônsul de Terceira Classe, por concurso, em 29 de março de 1939; Segundo Secretário, por merecimento, em 2 de abril de 1945; promovido a Primeiro Secretário, por antiguidade, em 8 de setembro de 1953; Conselheiro, em 5 de setembro de 1958; Ministro de Segunda Classe, por antiguidade, em 15 de outubro de 1964.

3. Durante sua carreira exerceu as seguintes funções: Cônsul de Terceira Classe em Dublin e Helsinki; Segundo Secretário em Roma, Vaticano e Oslo; Cônsul em Bordéus; Primeiro Secretário na UNESCO; Ministro Conselheiro junto à UNESCO.

4. Além dessas, o Ministro Mário Vieira de Mello exerceu as seguintes funções: Auxiliar da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em 1942; Encarregado do Consulado em Dublin; Encarregado de Negócios em Helsinki; a disposição do Senhor Norris E. Dodd, Diretor Geral da ONU para a Alimentação e Agricultura, em sua visita ao Rio de Janeiro, em 1950; Secretário da Comissão de Reparações de Guerra, em 1950; Secretário da Delegação do Brasil à Conferência Mundial de Mineração, em Nápoles e Bruxelas, em 1951; Encarregado de Negócios em Oslo, 1954, 55 e 56; Membro da Seção de Segurança Nacional, em 1959; Auxiliar do Gabinete do Secretário Geral, em 1959; Encarregado da Delegação do Brasil na UNESCO, em 1962, 63, 64 e 65; Delegado Suplente do Brasil à XIII Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em Paris, em 1964.

5. Verifica-se nos assentamentos pessoais do Ministro Mário Vieira de Mello que:

a) nada consta dos mesmos que o desabone;

b) foi ele diversas vezes elogiado pelo desempenho dado às missões que lhe foram confiadas.

6. O Ministro Mário Vieira de Mello, que no momento exerce a função de Cônsul-Geral do Brasil em Milão, é indicado para exercer a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República de Gana.

Secretaria de Estado, em ... de ... de 1967. — A. Fantinato Neto, Chefe da Divisão do Pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O expediente vai à publicação.

A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações: do Sr. Senador Raul Giuberti, ao Ministério da Saúde; do Sr. Senador Aarão Steinbruch, ao Ministério da Indústria e Comércio; e do Sr. Senador Aurélio Vianna, ao Ministério da Educação e Cultura.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Pego a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer uma retificação — não para republicar o parecer — mas uma retificação que se impõe, porque, em três passagens da publicação do Diário do Congresso — Seção do Senado Federal, houve alterações que modificam a substância do meu pensamento.

A Comissão de Constituição e Justiça, na sessão da semana passada, deliberou mandar publicar, para efeito de estudo, parecer que proterei em projeto que regula a concessão de anistia e prevê sobre a reacquirição de direitos políticos. Essa publicação foi feita no Diário do Congresso Nacional, Seção do Senado Federal, edição de 5ª feira, 5 de outubro. Há algumas incorreções gráficas, como é natural. Mas, em três passagens é preciso que se faça a retificação. Na primeira delas eu declaro no parecer que:

"Ainda aos que não deem pela sua inconstitucionalidade — (quer dizer, a inconstitucionalidade do projeto, — fácil será avaliarem de sua inconveniência, etc.)"

O que saiu publicado foi justamente o oposto:

"Ainda aos que deem pela sua inconstitucionalidade fácil será."

O pensamento é exatamente o contrário disso: isto é, que ainda aos que não deem pela inconstitucionalidade do projeto, fácil será avaliar de sua inconveniência. "Fácil é concluir-se pela sua inconveniência."

A outra passagem é no trecho em que me refiro à anistia concedida em 1895, em termos amplos e genéricos. Declaro, então que:

"Anistia assim em termos tão absolutos, dela não podemos ser excluídos — advertiu Aurélio Leal (Teoria e Prática da Const. Federal — pag. 760) — "os crimes cometidos com o intuito de conseguir o fim que os delinquentes tiveram em mira" qualquer que seja a natureza desses crimes contra o patrimônio."

O que saiu publicado foi:

"Anistia assim em termos tão obsoletos..."

Não estou longe de admitir que os termos da anistia fossem, hoje, obsoletos, mas o que eu disse foi: "anistia assim, em termos tão absolutos", e não "obsoletos".

A terceira passagem é a relativa a distinção entre os verdadeiramente culpados de subversão comunista e os porventura inocentes, em relação às culpas que a revolução lhes reconheceu, punindo-os. Vou ler por inteiro, para ficar bem esclarecido, o pensamento.

"Não são poucos, realmente, os que se rendem à evidência de que as punições consumadas pela Revolução, em nome do direito da revolução e por força de contingências de que as revoluções naturalmente não se salvam, precisam encontrar, mas cedo ou mais tarde, o caminho de uma instância revisora, serena e isenta, que saiba separar dos verdadeiramente

te culpados da subversão comunista os porventura inocentes, restituindo a estes a plenitude dos seus direitos políticos."

O que saiu publicado foi exatamente o contrário:

"... restringindo a estes a plenitude dos seus direitos políticos."

Não poderia, nunca, admitir que se fizesse uma revisão de processos, a fim de apurar a inocência desses punidos e que daí resultasse a restrição dos direitos políticos. O que dessa revisão deveria resultar seria a restituição dos direitos políticos aos culpados.

Era o esclarecimento que precisava fazer, porque, se trata de matéria que envolve responsabilidade de ordem jurídica e técnica. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa consulta o eminente Senador Aloysio de Carvalho se basta o esclarecimento de S. Exª, para retificar o parecer, ou se deseja que seja republicado para restabelecer a íntegra do pensamento de S. Exª.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Basta o esclarecimento porque, quando forem feitos os avulsos para votação no plenário, a correção já estará realizada.

O SR. PRESIDENTE:

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Senhores Senadores; trouxe hoje aos meus pares assunto do maior relevo ligado à economia e à segurança do país, fortalecido por dados indelmentáveis, que, colados ao quadro contemporâneo, visualizam uma previsão segura de mais uma etapa difícil na rota do desenvolvimento nacional.

Focalizo nesta oração o petróleo no mundo e no Brasil, ressaltando a magnitude da missão desempenhada pela Petrobrás, neste ângulo precioso de nosso patrimônio mineral.

Antes de abordarmos as repercussões de natureza econômica do ouro negro devemos lembrar que ele ocorre nas eras geológicas do precambriano ao pleistoceno, encontrando no mundo terciário o principal período de sua deposição. Os outros períodos são o cretáceo, o devoniano e o ordoviciano, sendo que no terciário repontam como principais o mioceno e o plioceno. Foi, portanto, dentro de uma realidade científica que nasceu e cresceu em nosso país o apreço, o devotamento pelas nossas possibilidades, de vez que do Espírito Santo ao Maranhão, entrando pela bacia amazônica o Brasil possui enorme área do terciário e do cretáceo. Para que se tenha uma idéia singular do que possuímos basta a informação segundo a qual a Petrobrás localizou em Barreirinhas, no Maranhão, área de 15.000 km², sendo que 7.000 km² se encontram em terra firme, enquanto 8.000 km² se acham no mar, até a costa batimétrica de 30 mts.

Por esse trabalho e por tantos outros louvamos a feliz inspiração brasileira de estatizar e monopolizar a extração petrolífera, evitando que os plantadores de atraso viessem sucumbir os grãos do marasmo e da inatividade de um solo que estava a brilhar, fôco revêlo, nefurado, para a prosperidade do norte que lhe tem chamado. Com 13 anos de trabalho a Petrobrás atingiu um crescimento fabuloso.

Comparar a produção da Companhia de Petróleo, tendo sido descoberto em 1921, perto de Eimond Town, Província de Alberta, foi produzir o seu primeiro barril vinte e quatro anos

depois. O hiato, o silêncio que envolveu a expectativa, foi o prazo necessário para que as companhias estrangeiras se assenhoreassem de 70% da reserva canadense. Adquiridas foram as áreas ricas, depois de estudadas e prospectadas. Donos da orquestra, executaram a sinfonia da lordeza e o Canadá perdeu anos e anos estrategicamente abafado pelo balão dos grupos estrangeiros. O mesmo se quis fazer no Brasil, mas,

graças à reação das elites, do povo e de todas as reservas civicas da Nação, a Petrobrás foi constituída e hoje já podemos comemorar os seus concretos êxitos.

Senhores Senadores, feitas estas considerações preliminares passo a examinar o contexto geral das coisas, delas retirando o ensinamento, a crítica ou a experiência em prol do desenvolvimento nacional.

As reservas totais de petróleo no mundo segundo a publicação "World Oil" de Houston, Texas, de 15 de agosto de 1967, são de 383 bilhões de barris em fins de 1966, correspondendo a um acréscimo de 23 bilhões com relação a 1965, equivalente a 6,3%, enquanto a produção de óleo aumentou no mesmo período em 3,7%. Essas reservas conhecidas são correspondentes a produção de 324 anos, para se extinguirem, com base

em 1966, que foi de 12 bilhões de barris. Portanto, conservando-se o consumo de 1966, levaríamos 324 anos para exterminar nossas atuais reservas, admitindo-se que mais nenhuma fosse descoberta.

Ainda com base na publicação citada, transcrevemos o gráfico abaixo, distribuindo as atuais reservas e produção pelos principais países, com dados de 1966:

PAÍSES

País	1966	% s/o mundial
Canadá	7.791.751	2,00
México	2.039.449	0,7
E.E. UU.	31.432.127	8,1
Argentina	3.045.000	0,8
Brasil	1.000.000	0,3
Colômbia	1.530.000	0,5
Venezuela	16.839.780	4,3
União Soviética	37.650.000	9,8
Argélia	6.330.000	1,7
Líbia	14.530.000	3,7
Nigéria	5.000.000	1,3
Iraque	41.000.000	10,6
Irã	39.000.000	10,1
Kuwait	72.000.000	18,8
Arábia Saudita	74.740.000	19,5
Indonésia	8.500.000	2,2

RESERVA

PRODUÇÃO

(Em 1.000 barris)

País	1966	% s/o mundial
Canadá	220.806	2,7
México	127.009	1,6
E.E. UU.	3.045.000	3,7
Argentina	161.735	0,2
Brasil	42.451	0,05
Colômbia	71.522	0,09
Venezuela	1.233.464	1,5
União Soviética	1.539.290	1,9
Argélia	257.114	0,3
Líbia	579.026	0,7
Nigéria	127.000	0,16
Iraque	127.000	0,16
Irã	127.000	0,16
Kuwait	127.000	0,16
Arábia Saudita	127.000	0,16
Indonésia	127.000	0,16

Pela análise dos dados acima fornecidos, observamos que, considerando-se os demais pequenos países, a região do Oriente Médio apresenta um total de suas reservas em 241.412.500.000 barris, correspondente a 62,2% do mundial. Nessa região, as reservas aumentaram em 1965 em 13.100.000.000 barris.

Na parte Norte da África registrou-se de 1965 para 1966 um crescimento de 2,5 bilhões, alcançando a 22,6 bilhões de barris participando com preponderância a Líbia que se beneficiou com um aumento de 1,5 bilhões de barris como reserva.

Hoje, a União Soviética, que pelo gráfico se apresenta em 4º lugar, já passou para o 3º ultrapassando o Irã cuja reserva é de 41 bilhões de barris. Desta forma, a União Soviética coloca-se muito a frente dos Estados Unidos que nos mostra uma reserva de pouco mais de 31 bilhões de barris.

Para melhor compreensão do chamado problema da extinção das reservas petrolíferas no mundo, apresentamos abaixo os coeficientes para os países principais, se permanecerem no atual estado entre produção e reserva, servindo-nos de dados relativos ao final de 1966 e fornecidos pela mesma fonte:

Estados Unidos	10,3 anos
União Soviética	19,7 anos
Venezuela	13,7 anos
Canadá	24,3 anos
Arábia Saudita	85,6 anos
Kuwait	84,3 anos

O Brasil dispõe de 18,5 anos se computarmos a reserva e produção do final de 1966.

As reservas brasileiras consoante vimos é de 1 bilhão de barris, com base no ano de 1935. Cumpre porém ressaltar que as informações que hoje servem de base aos estudos, forçosa-

mente serão alteradas, pois que, a cada ano que se passa, novas reservas são descobertas. Assim, estimar-se um prazo para extinção de nossas reservas é temerário, haja vista que somente de 1935 para 1966 tivemos um aumento de quase 50%, pois que, naquele ano estávamos com 672 milhões de barris e, agora, essas reservas somam a 1 bilhão.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muita satisfação.

O Sr. Edmundo Levi — Creio que, realmente, é temerário o juízo de que as nossas reservas petrolíferas estão prestes a extinguir-se. Pelo que sei, pelo que tenho lido, ainda não temos levantamento de todo nosso potencial. Como já pretendemos que, em 1969-1970, estejam essas reservas esgotadas? Além disso, temos a Amazônia que é completamente desconhecida. Tanto é que nós negamos, no Brasil, a existência de reservas naquela área. No entanto, a vinte quilômetros de nossa fronteira, o Peru mantém exploração petrolífera. De maneira que essa afirmativa de que nossas reservas estão prestes a esgotar-se constitui, na verdade, uma espécie de sabotagem ou de pessimismo que nada constrói. Estou inteiramente solidário com V. Ex.ª no combate a esse aspecto pessimista. Não sou daqueles que se ufam do meu País, como era nos velhos tempos, mas creio que devemos encarar os problemas com realismo, para que não insinuemos na sociedade essa idéia de fracasso, de desinteresse pelas nossas coisas. Ao contrário, devemos dar aos jovens um conceito de que podemos realizar tudo dentro de nossas possibilidades, desde que trabalhemos honestamente, procurando explorar toda nossa riqueza,

isso mesmo sem estarmos sujeitos a quem quer que seja.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com toda satisfação.

O Sr. Marcello de Alencar — Faz bem V. Ex.ª em denunciar à Nação a ação dos Misters Links caboclos, que parecem querer agora inspirar a descrença do povo brasileiro na capacidade da PETROBRAS. De certo que V. Ex.ª tem o nosso apoio na denúncia importante que faz, com dados estatísticos irrefutáveis, provando que, na realidade, nossas reservas petrolíferas, nos descansam em relação à nossa possibilidade para o amanhã. V. Ex.ª tem a nossa solidariedade na denúncia que faz à Nação.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço os apartes com que me honraram os nobres Senadores Edmundo Levi e Marcello de Alencar. Na realidade, ainda não começamos a produzir petróleo nas principais regiões do Brasil.

O que a PETROBRAS tem feito, devido aos pequenos recursos de que dispõe, é procurar o petróleo nos lugares mais econômicos. Mas se o Canadá esperou 22 anos para produzir um barril de petróleo, sendo controlado por empresas estrangeiras, nós, com a PETROBRAS, que tem interesse na produção nacional, iremos mais depressa. E isso realmente está acontecendo no Brasil.

(Lendo).

As reservas do Hemisfério Ocidental chegam a 6,1 bilhões de barris, isto no fim de 1966 e corresponde a 17% do total do mundo. Nossa posição em crescimento dessas reservas é privilegiada. Senão vejamos os seguintes dados, também extraídos da

publicação mencionada e os atuais aumentos das reservas petrolíferas nos principais países do mundo:

País	1966
Canadá	1.400
Brasil	333
México	135
Argentina	145
Colômbia	500
Estados Unidos	100
Trinidad	75
Peru	50

A PETROBRAS está fazendo o possível e o impossível para dar um aumento de 228 milhões de barris num ano, e ainda há quem esteja contra a PETROBRAS, quando esse aumento é três vezes maior que os Estados Unidos tiveram no ano passado.

O total do aumento do Hemisfério — é outro assunto para o qual quero chamar a atenção dos Srs. Senadores — foi de 1,5 bilhões de barris, apesar de a Venezuela ter acusado uma diminuição de reserva de 500 milhões de barris. Enquanto o Brasil aumentou 328 milhões, a Venezuela, que está nas mãos de estrangeiros, diminuiu 500 milhões. Por aí se observa que quando são os estrangeiros que manobram com a riqueza petrolífera um país só tem a sofrer. Na Venezuela o petróleo se encontra em mãos das companhias alienígenas, que, em sua política nociva, somente fornecem um péssimo retrato das possibilidades nacionais, conforme conosco aconteceu nos idos tempos de Walter Link.

Ai está a Petrobrás como atestado eloquente de que tudo podemos realizar, sem depender de nós valem os conhecimentos de fora. Essa empresa transformou-se na maior do Brasil e uma das duzentas grandes

do mundo — quero acrescentar e temerariamente os meus maiores elogios pela atuação brilhante que vem desempenhando no setor petrolífero. Eis o resultado positivo: aumentamos as nossas reservas em quase 50%, portanto, o maior crescimento em percentagem no Hemisfério Ocidental, durante o ano de 1963, e, no plano mundial, só atrás fomos antecédidos pela Austrália que possui, entretanto, uma reserva reduzida estando com apenas 200 milhões de barris, — que é insignificante comparada com a do Brasil. O aumento do Brasil é quase uma vez e meia a reserva da Austrália.

Nada pode existir, portanto, de pessimismo com relação ao petróleo brasileiro e sim entusiasmo. Nossas condições são as melhores e as perspectivas boas. Nossa base sedimentária é ilustre abrangendo cerca de 3 milhões e 300 mil quilômetros quadrados maior do que a dos Estados Unidos, no entanto, há muitos anos, este país é o primeiro produtor mundial do petróleo. Per que, então, não acreditar no Brasil?

Será que estamos retornando ao passado?

Naquele tempo, quando o assunto petróleo era tratado em termos de estrangeiros, o citado Walter Link chegou a afirmar que o nosso Brasil tinha apenas uma pequena área petrolífera, no entanto, hoje, já chegamos até Sergipe, até Alagoas e Barreirinhas no Maranhão e, em breve, na região abrangida pelo Amazonas, — e outras áreas como Mato Grosso, Goiás, que devem ter petróleo, e em outros Estados do Sul, como Paraná, São Paulo, Santa Catarina e, talvez, Rio Grande do Sul — áreas estas de grandes esperanças para a produção de petróleo.

Na imensa área sedimentária brasileira há estão as formações do cretáceo, iniciada na Bahia e, junto com o terciário, partido do Espírito Santo acompanham o nosso litoral e penetram na Bacia Amazônica. Abrangendo o norte do Paraná e Sul de São Paulo, continuam com as áreas Devonianas que ainda são encontradas em outros Estados. Além das formações destes períodos ainda nos servem as do período carbonífero, jurássico, triássico, permiano e outros, espalhados pelos diversos Estados brasileiros.

Como sabemos, as principais rochas petrolíferas são as arenitas e os calcários com a exigência da porosidade impermeável. É necessária a existência de anticlinais, de domos e outras formações geológicas que possam acumular o petróleo em forma de depósitos. A primeira fase de formação de óleo é a deposição de sedimentos físicos e orgânicos que se destinam a tornar a rocha produtiva. Concomitantemente com esses depósitos acumulados o fundo do mar existem certas mudanças químicas que tomam lugar nos sedimentos orgânicos como um resultado de formações geológicas em razão de atividade bacteriana.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Com muita satisfação.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, estou ouvindo V. Exa. que faz um relato, com dados numéricos, da situação do petróleo mundial e, comparativamente, o desenvolvimento da nossa empresa estatal — a PETROBRAS. Devo confessar a V. Exa. que tive dúvidas em certa época, do sucesso da PETROBRAS, porque em regra geral, ditamos de passagem, as empresas estatais não têm conseguido em nosso País apresentar bons resultados. Ouvindo agora V. Exa. estou me convencendo de que a PETROBRAS alcançou melhores êxitos, principalmente depois da Revolução de 1964. Esperamos, portanto, que lhe sejam propiciadas condições para mais rapidamente pesquisar e explorar o nosso petróleo. Na verdade, como V. Exa. reiteradamente tem-se manifestado, é o petróleo um dos produtos de importação que ainda sobrecarrega bastante a nossa balança de pagamentos. Assim, fazemos votos, nobre Senador, para que a PETROBRAS continue com essa força, dedicação e união para que possamos, num futuro próximo, contar com maior percentagem de nosso petróleo para o consumo nacional, aliviando, assim, a nossa balança de pagamentos.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa.

Senhor Presidente e Senhores Senadores, já disse várias vezes neste Senado que um barril de petróleo, aplicado na petroquímica equivale a dez vezes mais do que quando empregado como combustível. Dai a importância com que se portou o México ao incrementar sua petroquímica, porém controlada pelos nacionais. Até mesmo a distribuição dos derivados está em poder dos mexicanos pela ação da PEMEX. Nesse particular os passos iniciais da PETROBRAS, também tem sido louváveis.

Agora, vamos ao caso do xisto. Neste importante assunto concedeu-me aparte na semana passada o ilustre senador Josaphat Marinho. O meu testemunho é de que a nossa nação possui grandes reservas de xisto. A esse respeito, a publicação "Mining Journal", de Londres, do dia 23 de setembro último, contém importante declaração, iniciando por considerar a existência de grande avanço tecnológico sobre as possibilidades de utilização do xisto oleoso e consequente produção de óleo, consoante artigo que menciona da Petroleum Press Service". O artigo mostra que já existe produção de óleo de xisto em vários países, notadamente na Estônia, Espanha e Suécia. Incluiu-se, também, neste artigo, o Brasil, aonde diz que a produção comercial no nosso País e nos Estados Unidos começaram em 1970.

As reservas mundiais de xisto oleoso equivalem a 3.300.000.000 de barris de petróleo e mais da metade estão localizadas nos Estados Unidos. Em segundo lugar, com um quarto de todas as reservas mundiais, está o Brasil, seguindo-se em proporções menores, a União Soviética, Canadá, China, Congo, Suécia, Tailândia, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Burma e Iugoslávia.

Nos Estados Unidos as regiões principais são as dos Estados de Colorado, Wyoming e Utah, das quais 85 por cento dessas terras pertencem ao Governo Federal.

O Sr. Edmundo Levi — V. Exa. permite outro aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Com muita satisfação.

O Sr. Edmundo Levi — Quero parabenizar V. Exa. porque o seu magnífico discurso, que a todos nós esclarece, conseguiu, de início, convencer o eminente Senador Atílio Fontana do êxito da PETROBRAS. Outras virtudes não tivesse o pronunciamento de V. Exa. neste instante, teria conseguido esta de, com o seu denodo e entusiasmo pelas nossas coisas, esclarecer um homem de tanta responsabilidade, como o eminente Senador Atílio Fontana, das vantagens de continuarmos com o monopólio estatal do petróleo. O discurso de V. Exa. é, assim, uma peça de alta importância para a inteligência brasileira, sobretudo para convencer aqueles que, como São Tomé, só tocando é que acreditam.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Muito agradecido a V. Exa. pelo seu aparte.

(Lendo)

Querida chamar a atenção dos Srs. Senadores para o seguinte: nos Estados Unidos, as regiões principais dessas reservas, como as do Colorado, oitenta e cinco por cento pertencem ao Governo Federal.

Oitenta e cinco por cento das reservas de xisto nos Estados Unidos pertencem ao Governo Federal.

Vejam, Senhores Senadores, nos Estados Unidos quase a totalidade das terras onde se encontram as reservas de xisto estão em mãos do Governo. Um bom exemplo ao Brasil que precisa adotar não os vícios da nação do Norte mas, certos ensinamentos do domínio econômico.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador.) — A observação que V. Exa. faz é tanto mais aplicável ao Brasil porque aqui, desde a sua fundação e não apenas nos últimos anos, a PETROBRAS, a par de suas atividades na pesquisa do petróleo de poço, dedicou-se a tarefas intensas, com vultuosos gastos, na pesquisa do petróleo de xisto.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem!

O Sr. Josaphat Marinho — Montou usina-piloto, desdobrou serviços de toda natureza, gastando, hoje, bilhões de cruzeiros, e nessas atividades persiste a empresa. Não se justifica, portanto, que o esforço e os ônus que a empresa estatal faz, no Brasil, não tenha a devida compensação, com o exercício do monopólio estatal, que ela executa sobre os xistos, também. V. Exa. ao referir-se aos Estados Unidos, permite que se lembre outra circunstância para mostrar que, mesmo no regime capitalista, a tendência é, sobretudo, que diga respeito a interesses imediatos da Nação ou à sua segurança, a interferência do Estado exercitando o monopólio. Nos Estados Unidos se está cogitando de extrair gasolina do carvão. Mas o que ali se está fazendo não é entregue à livre iniciativa de quem quer que seja, nem há penetração de capitais estrangeiros. As atividades se vêm desdobrando em nome do Estado e pelo Estado.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte do nobre Senador Josaphat Marinho.

V. Exa. tem toda a razão. Os Estados Unidos estão desenvolvendo a refinação do xisto, conforme vou ler mais adiante, em longa escala, e, como disse anteriormente, 85 por cento dos depósitos pertencem ao Estado.

Nos EE. UU. a primeira usina comercial entrará em operação em 1970, com o valor estimado em cerca de 130 milhões de dólares e que tratará 66.000 ton. de xisto por dia.

Não pretendo descrever o processo que tenho em mãos, dada a consciência com que me proponho a falar. No entanto, quero salientar, também com base na publicação londrina que mencionei por último, onde afirma estar o nosso Brasil instalando um processo, denominado Petrosix", começando a PETROBRAS com o protótipo de uma unidade que produzirá 1.000 barris de óleo de visto por dia e que já se encontra em montagem.

Compulsando o boletim da PETROBRAS, de julho-agosto deste ano, ali encontramos que a usina referida é a Usina Protótipo do Irati e que, além do óleo de xisto, deverá produzir 17 toneladas de enxofre, 26.500 metros cúbicos de gás e 7 toneladas de gás liquefeito. Com algumas modificações a produção de enxofre poderá ser elevada para 23 toneladas por dia.

O aproveitamento do xisto corresponde a uma série de etapas que podem ser assim apresentadas:

- Mineração
- Preparação de sólidos
- Retortagem
- Tratamento do gás
- Estocagem e expedição dos produtos e subprodutos
- Utilidades e instalações auxiliares.

A mesma publicação diz que juntamente com cada 10.000 barris de óleo de xisto do Irati, produzidos pelo Petrosix", são obtidas 150 toneladas de enxofre elementar. Dado o grande valor dessa matéria-prima, é fácil concluir-se pela sua importância no aumento de nossas divisas, pois, o protótipo, com o simples funcionamento, irá quase duplicar a nossa produção de enxofre, que, atualmente, é de 20 t/dia.

Há, ainda, a considerar que o gás de xisto venha a ser utilizado o mais breve possível, melhorando, portanto, a nossa situação com relação ao consumo de gás liquefeito que, em boa parte, vem sendo importada.

A utilização do gás e óleo de xisto se estende ainda, à indústria petroquímica. Pois que, consoante se sabe, o xisto contém um complexo orgânico de composição indefinida denominado querogênio" que, sob a ação do calor se decompõe em gás e óleo. Dai podem ser produzidos todos os derivados de petróleo o que nos autoriza a afirmar que o óleo de xisto é um sucedâneo do petróleo.

Atualmente existe um processo em estudo destinado à utilização do xisto oleoso, representando verdadeiro sucesso de uma alta técnica e que dependerá de alguns retoques pelos estudiosos e que consiste em fraturar *in situ* o xisto. O sucesso reside no uso da água a alta pressão, eletrificidade de alta voltagem e produtos químicos e líquidos explosivos. Poderá o sistema que realmente encontra merecendo grande consideração no presente, como o mais moderno, é o da detonação abaixo do solo e fraturar a rocha, empregando-se a energia nuclear, de conformidade com o apresentam os estudos do Bureau of Mines, Atomic Energy Commission e de representantes das indústrias petrolíferas. A operação é realizada em grandes cavidades subterrâneas. Quem quiser melhor se inteirar do assunto poderá valer-se do "Mining Journal", de Londres, do dia 11 de agosto último, à página 100, que se refere à reunião efetuada em Genebra, sobre energia nuclear. Ali se vê que a temperatura originada de tal explosão é suficiente para atingir a grandes regiões de xisto oleoso, criando assim uma imensa caverna abaixo do solo o que seria ocupada com as pedras de xisto desprendidas pelo poder calorífico. Essa operação liberará o óleo em grandes proporções, sem mais necessidade de utilizar-se outros métodos para conseguindo-lo.

(Interrompendo a leitura) — Além do transporte do xisto é penoso, mas por esse processo tudo se faz no mesmo lugar, o que acarreta uma diferença de mão-de-obra de 60%.

(Retomando a leitura).

Pelo emprêgo desse método acredita-se que se possa produzir um barril de petróleo à base de 0,29 dólares o barril, atendendo-se ao que afirma a Atomic Energy Commission, enquanto fazendo-se a separação na superfície, o custo será à razão de 1,25 a 1,30 dólares o barril.

(Interrompendo a leitura) — É um absurdo. Só mesmo quem nada conhece sobre petróleo diz uma asneira desta, dez vezes asneira, em vezes asneira!

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Desiré Guarani — A declaração que V. Exa. está analisando porte de pessoa, que talvez seja, na atual fase da economia brasileira, o único empresário que afirma que os aumentos salariais dos operários são a causa da inflação no Brasil.

O Sr. JOSÉ ERMÍRIO — Deixo aqui registrado o meu protesto contra tal afirmação. Não é esta a causa da inflação. Ela surge quando não há produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem andaram os técnicos da Petrobrás que, conforme o "Jornal do Brasil" de ontem, dia 10, estão lutando contra as pressões externas e afirmaram: "A análise que deduz estarem esgotadas as reservas petrolíferas nacionais em 1979, se não ocorrerem novas descobertas, é tecnicamente falsa, com o objetivo de induzir a Petrobrás a minimizar investimentos no setor de refino e se desqualificar". O avanço tecnológico e científico nacionais estão a dizer um basta às ameaças dos atlânticos que, se ontem foram alijados de testes de ferro, depois testes de ouro, hoje só podem receber o apelido de "testes de diamantes" pois, o diamante tem a maior dureza, com grau 10, na escala Mohs, entre os minerais.

Nesta escala os minerais começam com o índice zero — o talco, e terminam com o índice 10 — o diamante.

O Sr. Lino de Mattos — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muita satisfação!

O Sr. Lino de Mattos — Ainda a propósito da inflação, recentemente V. Exa., num de seus pronunciamentos, sempre valiosos, sempre oportunos, chamava a atenção para o que acontece nos Estados Unidos da América do Norte, onde há inflação.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Atinge a 5% neste ano.

O Sr. Lino de Mattos — Entretanto, a inflação não interfere — como acontece no Brasil e em outros países — nos problemas de custo de vida, porque a produção estáo perfeitamente de acordo com as afirmações de V. Exa.: o problema da inflação não teria maiores consequências, desde que tivéssemos produção, caso dos Estados Unidos da América.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte do nobre Senador Lino de Mattos, S. Exa. tem toda razão. Não podemos dizer que a inflação é causada por salários altos, do contrário os Estados Unidos teriam a maior inflação do mundo. O salário de um operário é de 2 dólares e 70 centavos por hora enquanto que no Brasil, é uma miséria. (R).

Senhor Presidente e Senhores Senadores:

Quero conchamar a atenção dos meus pares para a movimentação de interesses que ora se realiza na conjuntura mundial, que, fatalmente, tentará absorver o Brasil e o seu petróleo. O raciocínio é simples. Basta que juntemos os dados do problema para que reconheçamos a posição de prestígio que assume o Brasil no mapa petrolífero do mundo.

A situação mundial é hoje das mais difíceis pois os Estados árabes que controlam 62,2% das reservas mundiais do ouro negro, não se encontram satisfeitos com a atuação dos Estados Unidos e Inglaterra e lhes tem criado óbices de toda sorte. Nesta política de restrição e indiferença os países árabes contam com a solidariedade da "cortina de ferro", liderada pela União Soviética. A Venezuela, por seu turno, ao invés de aumentar as suas reservas, as diminuiu, o ano passado, em 500 milhões de barris. Os Estados Unidos apenas aumentaram 100 milhões de barris, para um consumo de mais de 3 milhões. E, note-se, na grande comunidade do Norte já foram perfurados todos os anticlinalis, todos os domos todos os "oil-traps". Possuem reservas para apenas dez anos de consumo e estão os americanos sem condições de aumentar a sua produção.

Diante da penosa visão do futuro, os grupos americanos e outros apelam, sem dúvida, para incursões indelétricas, restando-lhe sob os olhos do

interesse grupalista as possibilidades do Brasil, Austrália, Nigéria, Angola e Colômbia.

A Inglaterra, de sua parte, que tem as tarefas de retirada de gás do mar do Norte, não a iniciará antes de 1970, quando obterá 56 milhões de metros cúbicos, ou seja 10% das necessidades do país.

A Petrobrás está, pois, na mira dos testes-de-diamantes. As investidas não tardarão a serem feitas e o cenário em pilulas douradas, com rótulos coloridos, onde se falará em amizade pan-americana, solidariedade continental e outros sentimentos louváveis, mas somente ministrados quando se quer fruir e debilitar as nossas reservas.

Será a encampação de uma política e o fim de uma empresa brasileira que, após 13 anos de luta, atingiu a 151.800 barris diários, vitória superior ao esforço canadense e de tantos outros.

Reajam,os, todavia. Levantemos fronteiras de protestos no Parlamento, nas escolas, oficinas, nas fábricas e nas catedras. Este grande país não poderá servir de campo de experimentação ou permanente usina a gerar prosperidade para os outros. Protestemos pelo que se pretende urdir contra o nosso país, pois dessa trama, mais essa, decorrerá um passo atrás em direção do subdesenvolvimento e a decretação melancólica de nossa eterna convivência com a pobreza.

São estas as informações que desejava dar, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o segundo orador inscrito, nobre Senador Desiré Guarani.

O SR. DESIRÉ GUARANI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, em meados de 1964, mais ou menos, o então Ministro do Exército e atual Presidente da República, Marechal Costa e Silva, em visita a São Paulo, num programa de televisão, em que analisou o movimento revolucionário daquele ano, frisou que uma das causas residia na insistência com que o então Presidente João Goulart procurava deixar marginalizados de aumentos de salários condignos os funcionários públicos.

Esse foi um dos aspectos ressaltados por S. Exa. naquela ocasião.

Quando candidato à Presidência da República, S. Exa. frisou que a meta da sua administração era o homem e acenou até com um aumento de salário logo em seguida à sua posse, para colocar os vencimentos dos funcionários públicos ajustados à realidade inflacionária. Isto foi como que exaltado, e a esperança encheu de entusiasmo todos os setores da administração pública federal, pelo Ministro do Planejamento, que a seguir deixou vislumbrado a possibilidade de um reajustamento salarial.

Justamente por isso, os funcionários públicos federais começaram a se articular, visando ao reajustamento salarial. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil acaba de encaminhar, para estudo pelo órgão competente, um memorial em que pleiteia aumento de 96,7%, a ser concedido em novembro deste ano, para que os salários dos funcionários públicos federais fiquem reajustados à realidade inflacionária. Nestes últimos anos, fala-se muito em realidade, Sr. Presidente. Houve reformas para reajustamento da economia brasileira à realidade cambial, houve modificações para que vários serviços públicos fossem reajustados à realidade tarifária. No entanto, no setor salarial nada tem sido feito para que, tanto no funcionalismo público quanto nas entidades privadas, seja o salário, reajustado à realidade inflacionária, que permanece, pa-

ra efeito de cálculo de aumento de salário, muito abaixo, muito aquém da realidade do processo inflacionário brasileiro.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com muita satisfação, Sr. Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio — Observamos o que se passa nos Estados Unidos: em 1965, o custo de vida aumentou 3,2%, enquanto os salários subiram 3,5%. Portanto, um pouco acima do aumento do custo de vida.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Em um país em que o aumento salarial está reajustado à realidade da economia, onde se pretende que o desenvolvimento continue sem prejuízo dos assalariados, que são os principais, a quase totalidade dos consumidores dos produtos que saem das fábricas e das indústrias. Sem este consumo não é possível manter o desenvolvimento da economia.

A pretensão dos servidores públicos vem sendo debatida nos últimos tempos. A entidade de classe pleiteia aumento de 96,7%, desde que seja concedido em novembro.

O Diretor do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, Dr. Belmiro Siqueira, que tem reconhecido a necessidade do reajustamento, em recente programa no Rio de Janeiro declarou:

"O servidor público não pode viver com os salários atuais e o Governo sabe disso."

Mas, Sr. Presidente, enquanto o Diretor do DAPC faz essa declaração, os racionalistas do Ministério do Planejamento estão pretendendo propor um aumento ao setor assalariado do Governo de 9% apenas.

Esta é a indicação certa: apenas 9% de aumento numa concessão aos servidores públicos federais para um ano em que o processo inflacionário, até dezembro, não será inferior a 50%, na marcha ascendente em que vem se desenvolvendo nos últimos meses.

Se se confirmar essa concessão de apenas 9%, pode-se pedir ao funcionário público que o recuse de plano, porque será verdadeiramente ofensivo, se não humilhante num ano em que o processo inflacionário atinge 50%, pretender-se dar, como aumento, porcentagem inferior à que é oferecida como gorjeta nos restaurantes, hotéis ou mesmo botecoquins, em qualquer ponto do país, por obrigação de lei e por consenso geral.

Ainda mais: enquanto a chamada lei do arrocho funciona para os assalariados, não há nenhuma restrição para as diretorias das empresas. O Governo permite que as empresas reajustem os salários de seus diretores na base da realidade inflacionária, mas não o permite para os empregados. Temos o caso recente dos bancários do Estado do Rio, São Paulo e da Guanabara, cujo aumento o Conselho Nacional de Política Salarial não ratificou, não permitiu que fossem aumentados seus vencimentos, que, aprovados pela Justiça do Trabalho, não puderam entrar em vigor. No entanto, com as diretorias assim não ocorre.

Temos uma política de dois pesos e duas medidas. Enquanto os servidores públicos federais, que tiveram aumento no ano passado, concedido pelo sistema de pinga-gotas, para ser ultimado em junho deste ano, os dirigentes da coisa pública, Ministros de Estado, Secretários Gerais e Chefe do Serviço Nacional de Informações, já em fevereiro deste ano tiveram um novo aumento de 50% que lhes foi concedido a título de gratificação, através do Decreto-lei nº 200. Tal aumento recaiu inclusive sobre o salário aumentado dois meses antes de modo geral. Então, não é só no setor privado que há dois pesos e duas medidas. Porque, enquanto o Governo Federal recusa aumentar os servido-

res públicos, concede dois aumentos sucessivos aos dirigentes dos setores da coisa pública, aos Ministros de Estado, aos Secretários Gerais dos Ministérios.

O Sr. Marcello de Alencar — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com muita satisfação.

O Sr. Marcello de Alencar — De fato, esta desconformidade entre a atitude do Governo em relação ao servidor público e trabalhador brasileiro e às classes mais privilegiadas e uma desconformidade do movimento de abril de 1964. Sabe V. Exa. que foi estabelecido, desde o início de 1964, que o Presidente da República e o Vice-Presidente da República teriam correção monetária sobre seus vencimentos. De sorte que não me surpreendia que o sistema de 1964 insistia na manutenção de tudo quanto era objeto da crítica de V. Exa.

O SR. DESIRÉ GUARANI — O aparte de V. Exa., nobre Senador Marcello de Alencar, que é um político ligado, pela sua atuação parlamentar, aos setores assalariados da Guanabara, está muito bem integrado no problema que vivem os assalariados em geral, no Estado da Guanabara.

Li há poucos dias V. Exa. fez referência, em aparte a discurso meu, a uma indicação do Clube dos Lojistas que tinha verificado a diminuição da capacidade de compra de vastas áreas de assalariados da Guanabara decorrente da recessão econômica em que vive o País. E essa indicação é realçada pela Carta de Recife. Estamos atualmente vivendo o sistema das Cartas. Depois da Carta Constitucional de março de 1961, tivemos a Carta de Brasília, a Carta de Recife, Governo e a Carta de Recife-Lojistas. Esta última declara o seguinte:

"A Carta recomenda ao Governo a adoção de medidas destinadas a aumentar o poder aquisitivo do consumidor, inclusive através da revisão da política salarial, sem comprometer a luta contra a inflação e na medida em que a revisão seja vinculada ao princípio básico de produtividade."

São, então, as próprias classes empresariais que já estão reclamando a revisão da política salarial, porque o processo de recessão econômica já atinge a produção das indústrias, fazendo com que a inflação passe a produzir-se pela elevação dos custos de produção das mercadorias na indústria, eis que diminuindo a produção por falta de consumo o preço das utilidades produzidas aumenta e aí, mais uma vez, cresce o processo inflacionário em prejuízo dos assalariados.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Basta examinarmos a produção siderúrgica nacional que está em situação muito difícil.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Não encontra consumo para a sua produção.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, justamente esse aspecto, de que as empresas, as classes dirigentes já estão reclamando a mudança da política salarial, mas em virtude da orientação governamental não são atendidas em sua pretensão, é que justifica portarias baixadas pelo Ministério da Fazenda, concedendo favores nunca antes concedidos às indústrias, pelas quais são transferidos aos empresários, aos grandes industriais um volume imenso de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, que é arrecadado e deixa de ser recolhido para ficar em poder dos grandes industriais, como uma forma que o Governo achou para diminuir a grita do empregador. Exemplificamos taxativamente — o caso das portarias ns. 6-1967, 43-1967, do ex-Mi-

nistro Otávio Gouveia de Bulhões e a portaria nº 277, de 1961, do atual Ministro Antônio Delfim Neto.

As empresas exigem concessão de salários maiores para que haja comprador para os produtos. O Governo nega. As empresas não se conformam. O Governo, para acalmá-las, dá-lhes parte do Imposto de Produtos Industrializados que arrecadou para compensar as despesas nos custos unitários aumentados com o decréscimo da produção. Portanto, o Governo está adotando esta política em detrimento do Erário nacional, do imposto arrecadado do povo. Até o momento isto provocou — conforme dados do Ministro Delfim Neto — a diminuição da receita em quatrocentos bilhões de cruzeiros.

O Ministro Delfim Neto, em recentes declarações, esclareceu ao País que a política econômico-financeira do País já provocou este ônus, em decréscimo de arrecadação de receita em impostos, da ordem de quatrocentos bilhões de cruzeiros, que é seguramente aquilo que o Governo deixou de arrecadar em razão dessas três portarias a que me referi. As portarias 6 e 43, do Ministro Otávio Gouveia de Bulhões, dão um desfalecimento de receita do IPI de cerca de 110 bilhões de cruzeiros. A Portaria nº 277, do Ministro Delfim Neto, está dando um desfalecimento da ordem de 200 bilhões de cruzeiros. Essas duas importâncias somadas dão justamente a importância que o Ministro Delfim Neto declarou que correspondia ao que foi diminuído na receita e para a qual ele não deu explicação. Complemento eu suas declarações e digo que a explicação está nessas três portarias. Essas três portarias e que provocaram a diminuição de 400 bilhões de cruzeiros na arrecadação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazemos desta tribuna um apelo: já que o Governo quer conceder 9% de aumento aos funcionários públicos, que os funcionários públicos não aceitem por maiores que sejam as suas necessidades. Esta percentagem é inferior a uma gorjeta que se dá em qualquer botiquim a qualquer garçom que serve uma média. Se o Governo acha que seus servidores, desde os altos escalões até os mais modestos, não merecem mais do que uma percentagem menor do que uma gorjeta, então os funcionários que recusam este aumento, que não aceitem, que o devolvam ao Governo para que ele tente solucionar os grandes problemas financeiros, até agora não solucionados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamamos que está radicalmente errada a orientação da política econômico-financeira. Aliás, não estamos sôzinhos nessa opinião: o dirigente maior do Fundo Monetário Internacional, Sr. Pierre Paul Schweitzer, cuja atuação foi louvada por todos os delegados que se pronunciaram em discurso na reunião desse Fundo, declara o seguinte:

"O principal problema da atual política econômica do Brasil é de origem fiscal".

Declaração recente do dirigente maior do Fundo Monetário Internacional, depois de analisar os vários aspectos com que se debate a política econômico-financeira do Brasil, cujo deficit aumenta dia a dia.

Já fiz referência aqui, em discursos anteriores, a que o deficit orçamentário para 1967, depois de estar previsto para quinhentos bilhões de cruzeiros, seria de um trilhão de cruzeiros. O Ministro Delfim Neto declarou recentemente que o deficit orçamentário para 1967 seria, no mínimo, de um trilhão e quatrocentos bilhões de cruzeiros.

Sempre que se trata do deficit, verifica-se o seu aumento, mais se agrava a política econômico-financeira do Brasil, porque está dirigida apenas para o setor bancário. Procura-se cobrir as despesas, apenas, com recursos de ordem bancária. E a solução das Obrigações Reajustáveis do

Tesouro Nacional é solução que constitui verdadeira bola de neve. Quanto mais se emite, mais crescem as obrigações do Tesouro para resgate, porque além de juros estão sujeitas à correção monetária.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRE GUARANI — Com toda satisfação.

O Sr. Atílio Fontana — Realmente, V. Exa. está abordando um problema muito sério do nosso País — essa parte de produção, a parte de receita fiscal e agora V. Exa. chegou mesmo a dirigir um apelo ao funcionalismo público, no sentido de que não receba o aumento de vencimentos proposto pelo Governo por considerá-lo uma gorjeta.

O SR. DESIRE GUARANI — Inferior a uma gorjeta, nobre Senador.

O Sr. Atílio Fontana — Logo em seguida, V. Exa. observa que o próprio Tesouro Nacional, através de empréstimo de títulos da dívida pública, conseguiria angariar fundos para tal operação. A verdade, nobre Senador Desire Guarani, é que, se o Congresso tivesse que dar um aumento maior ao funcionalismo público — o que todos reconhecemos ser ato de justiça, pois, sabemos que o seu poder aquisitivo hoje, está bastante reduzido, e todos desejamos vê-lo ampliado — teria de recorrer à emissão de papel-moeda, inflacionando a moeda ou, então, de recorrer a empréstimo, que seria uma concorrência, como V. Exa. bem assinalou, às empresas privadas. De sorte que nos encontramos diante de um dilema. O que se precisa, realmente, é aumentar a produção e a produtividade, em nosso País, a fim de que o Governo possa dispor de maior receita. Ouvi, atentamente, quando V. Exa. tratou da questão da justiça. Exatamente, a diminuição da arrecadação acarreta diminuição da Receita do Tesouro Nacional. Teríamos, então, que fomentar a produção, concretamente, aumentado a Receita pública. Aumentar os vencimentos do funcionalismo é conter a inflação são fatores que se chocam. Há problemas que, às vezes, se os apreciamos tecnicamente ou superficialmente, nos oferecem um aspecto; se vamos analisá-los, como administradores, encontramos dificuldades para harmonizá-los. Devemos lutar, sim, para aumentar a produção em nosso País porque ela, como bem assinalou V. Exa., proporcionará maior Receita ao Estado, que, assim, terá os recursos para melhorar o baixo padrão de vida da nossa gente principalmente do funcionalismo público.

O SR. DESIRE GUARANI — Agradeço o aparte de V. Exa., que ratifica o nosso ponto de vista sobre a necessidade de aumentar a produtividade, mas aumentá-la em todos os setores, inclusive no setor governamental.

O Sr. Atílio Fontana — Exato.

O SR. DESIRE GUARANI — ...para que o próprio Governo tenha os recursos orçamentários provenientes da maior produtividade do seu setor encarregado de obter a arrecadação honesta, real, nas alíquotas já existentes, sem necessidade de majorá-las ou de criar novos impostos.

O Sr. Atílio Fontana — O próprio Ministro do Trabalho e Previdência Social, ainda recentemente, anunciava que temos duzentos mil funcionários públicos ociosos, sem propriamente prestar serviço. Um dos pontos altos, portanto, de que o Governo precisa cuidar é não aumentar o quadro do funcionalismo público, a não ser que haja estrita necessidade. Verificamos, principalmente nos grandes centros urbanos, número elevadíssimo de funcionários públicos e nem todos têm função. Enquanto, no interior, temos inúmeras coletorias fechadas, repartições fechadas, inclusive do Banco do Brasil, com carência de servidores. É forma de economizar di-

nhheiro, para pagar melhor aos que estão produzindo, aos que estão trabalhando.

O SR. DESIRE GUARANI — Exato, Senador Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE:

(Güberto Marinho) (Soa a campainha) — Pediria ao nobre orador terminasse suas considerações, de vez que temos necessidade, por solicitação dos Srs. Líderes, de convocar o Senado para outra sessão às 17 horas.

O SR. DESIRE GUARANI — Vou terminar, Sr. Presidente.

Este o anelo ao funcionalismo público, em que criticamos toda a orientação da política econômico-financeira, que quer resolver o problema do combate à inflação apenas no setor assalariado, fazendo a aplicação da lei do arrocho em todos aqueles que vivem de ordenado fixo. Ratificamos o anelo, na certeza de que, no atual conjuntura é altamente satisfatório lutar por melhores condições de vida para a coletividade brasileira em geral, não apenas pelo aumento salarial em si, mas pelo que essa luta representa como incentivo ao fortalecimento do mercado interno, circunstância indispensável para estimular o desenvolvimento da nossa economia. Por isso, é válida a afirmação de que os assalariados em geral, ao se batem por um reajustamento salarial, de acordo com a elevação do custo de vida, estão contribuindo para a consolidação das liberdades democráticas e ajudando o País em sua marcha para o desenvolvimento. (Aplausos bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Güberto Marinho) Está terminando a hora do Expediente. Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 855, de 1967

Requiro à Mesa, nos termos regimentais, que se oficie ao Ministério da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

- a) cópia do contrato lavrado entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas para a prestação de serviços de reforma do Ministério;
- b) total da despesa já efetuada em pagamentos pelo Ministério da Fazenda à Fundação Getúlio Vargas por conta desse contrato desde a sua assinatura até 30-9-67;
- c) quantos funcionários da Fundação Getúlio Vargas estão trabalhando ou já trabalharam na execução de tarefas atinentes a esse contrato;
- d) quantos funcionários do Ministério da Fazenda colaboraram ou estão colaborando com a Fundação Getúlio Vargas na execução dessas tarefas;
- e) qual os salários mensais pagos pela Fundação Getúlio Vargas aos funcionários dos seus quadros que executam ou executaram tarefas desse contrato;
- f) qual os salários mensais pagos pelo Ministério da Fazenda aos funcionários dos seus quadros que colaboram ou colaboraram na execução dessas tarefas;
- g) quais as gratificações mensais e total pagas pela Fundação Getúlio Vargas aos funcionários do Ministério da Fazenda que colaboram ou colaboraram na execução dessas tarefas;
- h) quais os trabalhos até agora já executados pela Fundação Getúlio Vargas no cumprimento do contrato em tela.

Justificativa

A Fundação Getúlio Vargas vem, já algum tempo, por força de contrato lavrado com o Ministério da Fazenda, trabalhando na reforma dos serviços do órgão fazendário federal. Tais serviços foram contratados para melhorar

a eficiência do Ministério da Fazenda, tanto na arrecadação quanto na efetivação das despesas. Malgrado essa orientação, o deficit orçamentário continua crescendo e o Ministério, para cobri-lo, recorre cada vez mais a operações bancárias, em vez de apelar para receitas fiscais, o que não se coaduna com uma política de combate à inflação. Para melhor apreciação da assistência da F.G.V. ao M.F. é que solicitamos as informações em tela.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1967. — Senador Desire Guarani, A Comissão de Economia.

REQUERIMENTO Nº 866, de 1967

Requiro, nos termos do Regulamento Interno da Casa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, as seguintes informações:

- 1) Quais os contratos que o Governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Educação e Cultura realizou com países estrangeiros no ano de 1967?
- 2) Quais as entidades e pessoas beneficiadas?
- 3) Qual o valor financeiro dos contratos e convênios?
- 4) A quanto monta o contrato assinado com a União Soviética e qual a sua destinação, por Estado, no país?
- 5) Cabendo ao Estado de Alagoas algum benefício, quais as entidades envolvidas?

Sala das Sessões do Senado Federal, Brasília, 10 de outubro de 1967. — Teotônio Vilela.

Justificação

Há notícias constantes nos jornais sobre assinatura de contratos com países estrangeiros. Em meu Estado de Alagoas a boa nova chega e saem que haja entre nós um mínimo de sua fixação como elemento populacional de desenvolvimento de cultura. Rodopia em nossas vistas tal qual os não menos famosos discos voadores. A permissão do requerimento está na busca de um alívio à visão cansada, que de tanto esperar já encontra campo favorável para desesperar. O país ainda continua uma Federação, gostaria, para informação à minha gente que o requerimento apresentado alcançasse satisfatoriamente o objetivo pretendido.

REQUERIMENTO Nº 867, de 1967

Senhor Presidente

Nos termos do Regulamento Interno requiro a Vossa Excelência determine providências no sentido de se encaminhado ofício ao Senhor Ministro da Saúde solicitando a seguinte informação:

Se existe alguma iniciativa, estudo ou projeto, para a instalação de Hospital Infantil, em Colatina, no Espírito Santo;

Em caso positivo, quais as providências tomadas para a execução do projeto.

Sala das Sessões, em outubro de 1967. — Senador Raul Giuberti.

REQUERIMENTO Nº 868, de 1967

Nos termos do Regulamento Interno requiro, através do Poder Executivo — Ministério dos Transportes, as seguintes informações:

- 1) Se é verdadeira a notícia de que o Governo brasileiro contratou sete firmas estrangeiras para fazer o estudo global de nosso sistema de transportes?
- 2) Se verdadeira, qual o motivo da preferência da técnica nacional?
- 3) Se os planos Rodoviários Nacionais elaborados nos últimos vinte

nos o foram por auditorias ou firmas estrangeiras, ou por técnicos estrangeiros, ou pelo quadro do antigo Ministério da Viação?

4) Se a contratação denunciada não requer audiência dos órgãos responsáveis pela Segurança Nacional, visto tratar-se de problema a ela pertinente;

5) Se os especialistas brasileiros e as empresas nacionais com longa radiação no setor das obras públicas, foram igualmente ouvidas ou consideradas pela sua experiência e competência comprovadas em empreendimentos da mais larga envergadura técnica;

6) Quantos engenheiros compõem atualmente os quadros técnicos do Ministério dos Transportes;

7) Se a citada contratação, se consumada ou em negociações, foi recomendada pelos técnicos componentes do GEIPOT, e, em caso positivo, que técnicos são esses;

8) Quando foi constituído o GEIPOT e que trabalhos tem realizado, especialmente no que tange às suas formulações ou recomendações acerca da política nacional de transportes;

9) Se o "Clube de Engenharia", entidade tradicionalmente representativa dos engenheiros brasileiros, foi chamado a opinar ou colaborar quanto às atuais diretrizes do Ministério dos Transportes. — Senador Marcelo Alencar.

REQUERIMENTO Nº 869, de 1967

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado, ao Exmº Sr. Ministro de Educação e Cultura, o seguinte pedido de informações:

1º — Conheço o Ministério de Educação e Cultura o derrame de livros no Brasil, impressos em português na Espanha e na Bélgica, comparando as exigências da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957?

2º — Quais as providências tomadas pelo Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — no sentido de regulamentar a matéria?

3º — Qual a posição do Grupo Executivo da Indústria do Livro — GEIL — diante das sugestões da Câmara Brasileira do Livro no sentido de proteger a indústria nacional e a educação através do livro?

Sala das Sessões. 11 de outubro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

REQUERIMENTO Nº 870, de 1967

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado, ao Exmº Sr. Ministro dos Transportes, o seguinte pedido de informações:

1º Partiu do Ministério dos Transportes a ordem para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro suprir os trens MR-1, MR-7, MR-8 e MR-16 do ramal de Desalvado, no Estado de São Paulo?

Essa medida é altamente prejudicial à economia e ao povo, não só a cidade de Desalvado, mas também, das cidades circunvizinhas, razão pela qual requeiro:

2º Se as providências foram autorizadas pelo Ministério dos Transportes, quais os motivos que aconselharam essa drástica medida?

3º Está disposto o Ministério dos Transportes, a recomendar ao órgão competente o reexame do assunto? Sala das Sessões. 11 de outubro de 1967. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) Os requerimentos, depois de publicados, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) Sobre a mesa do Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Rio de Janeiro, GB, em 10 de outubro de 1967.

CC/30/37/67

Exmº Sr.

Senador Auro de Moura Andrade

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília — DF.

Senhor Presidente,

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — está promovendo um "Encontro sobre Ocupação do Território", que será realizado no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes, no período de 16 a 21 de outubro do corrente.

O referido "Encontro" que é o de alta importância para o Desenvolvimento das atividades deste Instituto, terá a participação das mais altas autoridades do País e Sua Excelência o Senhor Presidente da República será o Presidente de Honra.

Isto posto, espero contar, também, com a presença de Vossa Excelência, e, bem assim, de uma Comissão desse Senado.

Com o presente estou remetendo seis exemplares do Documento Básico do "Encontro" onde constam os objetivos do mesmo, de acordo com o seu Temário.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência, protestos de alta estima e elevada consideração. — Jaul Pires de Castro, Vice-Presidente do ENCONTRO.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A Presidência designa o Sr. Senador João Cleofas, em atendimento ao ofício feito.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) Sobre a mesa projeto de lei, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 1967

Dispõe sobre a aposentadoria e o abono de permanência em serviço do aeronauta e das outras providências.

Art. 1º A aposentadoria e o abono de permanência em serviço do aeronauta obedecerão ao que dispõe esta lei.

Art. 2º É considerado aeronauta, para efeito da presente lei, aquele que, em caráter permanente, exerce função remunerada a bordo de aeronave civil nacional.

Art. 3º A concessão de outros benefícios previstos na legislação vigente continuará a obedecer ao que dispõe as leis, decretos e normas respectivas.

Parágrafo único. Perderão direito aos benefícios desta lei aqueles que, voluntariamente, se afastarem do voo por período superior a dois anos consecutivos.

DA APOSENTADORIA

Art. 4º A aposentadoria do aeronauta será:

a) por invalidez, com uma renda mensal correspondente a 70% do salário benefício acrescida, de mais 1% desse salário, para cada grupo de 12 contribuições mensais realizadas pelo segurado até o máximo de 30% consideradas como uma única todas as contribuições realizadas em um mesmo mês.

b) ordinária ao que contar com mais de 25 anos de serviço com pro-

ventos equivalentes a tantas trigésimas partes do salário, até 30, quantos forem os anos de serviço.

c) aplicam-se ao regime de aposentadoria do aeronauta os preceitos da Lei 3.801, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), salvo quanto ao que dispõe de modo especial esta lei.

Art. 5º As aposentadorias de que trata esta lei serão calculadas com base no salário de benefício, entendendo-se como tal a média dos últimos 12 (doze) salários de contribuições.

§ 1º Denomina-se salário contribuição do aeronauta a remuneração efetivamente percebida, durante o mês, nela integrada todas as importâncias recebidas, a qualquer título em pagamento dos serviços prestados. Limitada a 17 (dezesete) vezes o salário-mínimo de maior valor vigente no país.

§ 2º O provento de aposentadoria do aeronauta terá por base o salário de contribuição, não podendo ser inferior ao salário-mínimo de maior valor vigente no país; nem superior a 17 (dezesete) vezes o valor do referido salário, feitas as revisões de proventos em decorrência de alterações legais posteriores que aumentem o valor do salário-mínimo vigente.

§ 3º Ocorrendo a hipótese prevista no § 2º, *in fine*, os proventos que estiverem sendo pagos aos aposentados serão atualizados, a fim de que o coeficiente percentual do valor do provento seja mantido na mesma proporção do em que o aeronauta fez jus na data de sua aposentadoria.

§ 4º O coeficiente percentual do valor do provento será calculado dividindo-se o "quantum" inicial da aposentadoria pelo valor do salário-mínimo na data da vigência do benefício.

§ 5º A revisão será feita multiplicando-se o maior salário-mínimo vigente no país pelo coeficiente encontrado.

§ 6º Toda vez que ocorrer majoração do salário-mínimo, os proventos dos aeronautas serão revisados, na forma do parágrafo anterior, com vigência da data em que for alterado o salário-mínimo.

Art. 6º Denomina-se invalidez qualquer lesão de órgão ou perturbação de função, que impossibilite definitivamente para o exercício de sua função em voo.

§ 1º A apuração e cessação da invalidez serão declaradas pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica, após exame de saúde do segurado, feito por Junta Médica, da qual fará parte, obrigatoriamente, um médico, da instituição, livremente indicado pelo Presidente do Instituto Nacional da Previdência Social.

§ 2º O aeronauta aposentado por invalidez, que passar a exercer cargo ou função remunerada, perderá o direito ao provento total do benefício concedido, obrigado o Instituto Nacional da Previdência Social a complementar a diferença se houver, entre o valor do benefício a que tiver direito e a remuneração que perceba na nova ocupação.

§ 3º O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez fica obrigado a seguir o tratamento médico que for prescrito pelo INPS, desde que por este fornecido sob pena de suspensão do benefício, salvo nos casos de matéria cirúrgica, quando o segurado não concorde, mediante termo de responsabilidade, com a intervenção indicada.

§ 4º Para efeito de verificação da capacidade de trabalho as aposentadorias por invalidez ficarão sujeitas à revisão, dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua concessão.

§ 5º O empregador, dentro da percentagem de 50% (cinquenta por cento) dos cargos existentes na empresa, não poderá recusar a readmissão dos segurados, nos casos de cessação da invalidez.

§ 6º Cessada a invalidez mediante comprovação feita pelo órgão próprio ficará o aeronauta com direito a percepção dos seus proventos pelo INPS, até o seu efetivo aproveitamento por parte do empregador.

§ 7º A aposentadoria por invalidez só será concedida ao aeronauta que contar com mais de 5 (cinco) anos de atividade no voo.

Art. 7º Para efeito de aposentadoria ordinária do aeronauta, o tempo de serviço está multiplicado por 1,5 (um e meio), desde que anualmente complete, na sua função, mais da metade do número de meses de trabalho anual permitido pela Diretoria de Aeronáutica Civil.

Parágrafo Único. Será de um quarto o mínimo dessa condição para os aeronautas que desempenharem cargos eletivos de direção sindical ou que exerçam cargos técnicos administrativos nas empresas, relacionadas com a função de voo.

Art. 8º O aeronauta portador de diploma militar de aviação, e aquele cuja permanência nas Forças Armadas tenha contribuído para sua habilitação técnico-profissional, terá direito à averbação do tempo de serviço prestado às mesmas, desde que o referido tempo não tenha sido ou não venham a ser computado para efeito de outra inatividade remunerada, e tenha indenizado ao INPS com as correspondentes contribuições, calculando-se essas na base de sua primeira contribuição para o INPS.

§ 1º O aeronauta que averbar o tempo de serviço prestado às Forças Armadas, previsto neste artigo, computável para efeito de aposentadoria, deverá indenizar o INPS das importâncias totais correspondentes à sua contribuição e à do empregador, acrescido dos juros de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados anualmente e contados a partir de sua primeira contribuição ao INPS.

§ 2º É facultado ao INPS o recebimento do débito, mediante quotas mensais, até o máximo de 12 (doze).

§ 3º O tempo de serviço a que se refere este artigo só poderá ser comprovado por documento oficial, firmado por autoridade competente e do qual conste: nome, dia, mês e ano do nascimento, filiação, tempo de serviço e função que exerceu.

Art. 9º Além do previsto no artigo 8º e parágrafo desta lei, o aeronauta terá direito de averbar o tempo de serviço militar obrigatório, assegurado pela Lei 3.807 de 26 de agosto de 1930.

Art. 10. O tempo de serviço que o aeronauta houver prestado em outras atividades, será computado complementarmente, depois de apurado e contado segundo as normas da legislação e da regulamentação geral, após o aeronauta ter completado 25 anos de serviço no voo contados na forma do artigo 7º desta lei.

Do abono de permanência em serviço Art. 11. O abono de permanência em serviço será devido ao segurado aeronauta que, preenchendo as condições para obtenção da aposentadoria por tempo de serviço optar pela permanência na empresa ou na atividade profissional.

§ 1º O abono de permanência em serviço consistirá em uma renda mensal de 25% (vinte e cinco por cento) do salário de benefício do segurado e será devido a contar da data do requerimento, desde que nela já estejam preenchidas as condições previstas neste artigo.

§ 2º O abono de permanência em serviço será mantido até manifestação em contrário do segurado, extinguindo-se pelo desligamento da empresa, afastamento efetivo da atividade ou pela aposentadoria.

§ 3º O abono de permanência em serviço não se incorporará, para nenhum efeito, à aposentadoria ou à pensão, nem sobre ele incidirá a contribuição para a previdência social.

Art. 12. Para cobrir os encargos consequentes desta lei, fica criada uma taxa especial, de 2% (dois por cento) denominada "seguro especial ao aeronauta", que incidirá sobre as tarifas aéreas, devendo seu produto ser recolhido ao Banco do Brasil mensalmente, pelo empregador até o último dia do mês seguinte ao da arrecadação, a crédito do Instituto Nacional da Previdência Social.

Art. 13. É considerado crime de apropriação indébita para todos os efeitos penais, o não recolhimento mensal ao Banco do Brasil, na conta do Instituto Nacional de Previdência Social, na época fixada, de todo ou parte do produto da taxa especial.

§ 1º Para o efeito do disposto neste artigo, consideram-se pessoalmente responsáveis os representantes legais das empresas.

§ 2º O não recolhimento, na época própria, do produto da taxa especial, sujeitará, ainda, o empregador responsável ao pagamento da multa de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária sobre as importâncias indevidamente retidas.

Art. 14. Incorrerá em crime de prevaricação o Presidente do Instituto Nacional da Previdência Social que deixar de promover, dentro de 90 (noventa) dias, contados da data fixada para o recolhimento mensal da taxa especial, a imediata cobrança da mesma e a ação criminal contada da data fixada para o recolhimento mensal da taxa especial, a imediata cobrança da mesma e a ação criminal contra os responsáveis pelo não recolhimento da referida taxa.

§ 1º Incorrerá igualmente, no mesmo crime o Presidente e os membros do Conselho Deliberativo que findo o prazo referido neste artigo, não promoverem, dentro de 60 (sessenta) dias, a ação penal contra o Presidente do Instituto incurso no crime de prevaricação.

§ 2º Ao Ministério Público do Trabalho, desde que tenha conhecimento do fato, mediante comunicação escrita, ou representação de serviços do fato, mediante comunicação escrita, ou representação de serviços ou segurados do Instituto, caberá promover a ação penal contra o Presidente do INPS, do Conselho Deliberativo e os membros deste, incursos no crime de prevaricação, nos termos do disposto neste artigo.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, 11 de outubro de 1957. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, para justificar o projeto.

O SR. LINO DE MATOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, considero o projeto de lei que apresentei e que V. Exa. acaba de anunciar de relevante importância, razão pela qual tomo, rapidamente, o tempo dos nobres colegas para ler a justificação que acompanha a proposição e que é a seguinte:

Devido às funções especializadas que exercem, os aeronautas devem ter um regime especial de aposentadoria, como, sempre, aliás, aconteceu.

Assim, a aposentadoria era regulada pela Lei 3.561, de 21 de dezembro de 1953, com as modificações constantes da Lei 4.262, de 12 de setembro de 1953 e Lei 4.263 da mesma data. A 1ª de fevereiro do corrente ano de 1957, o então Presidente da República, Marechal Castelo Branco, baixou o Decreto Lei nº 158, que alterou, em parte, o disposto na Lei 3.561, e que veio agravar uma situação já difícil.

Nada mais justo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do que a apresenta-

ção deste projeto de Lei, que tomando por base os dispositivos da Lei 3.561, reformula toda a aposentadoria dos aeronautas e inclui a volta do "seguro especial ao aeronauta", através do art. 12.

Assim, sendo, espero que os membros do Congresso Nacional acolham os termos desta proposição para estabelecer uma situação existente antes da vigência do Decreto Lei número 153.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O projeto vai às Comissões competentes, após sua publicação.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Milton Trindade
Moua Palha
Sebastião Archer
Petrônio Portela
José Cândido
Dinarte Mariz
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondim
Carlos Lindemberg
Aarão Steinbruch
Marcello de Aienar
Milton Campos
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
José Feliciano
Ney Braga
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Passa-se à Ordem do Dia.

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1957 (nº 432-B-67, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que concede reajustamento de provento de aposentadoria do ex-funcionário Índio Tamoyo do Prado, dependendo de pareceres das Comissões de Projeto do Executivo e de Finanças.

Sobre a mesa pareceres que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Pareceres ns. 678 e 679, de 1957

PARECER Nº 678, DE 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, à consulta da Comissão de Projeto de Lei da Câmara número 94-67, que concede reajustamento de proventos da aposentadoria de Índio Tamoyo do Prado.

Relator: Senador Josaphat Marinho

RELATÓRIO

1 — De iniciativa do Poder Executivo e aprovado pela Câmara dos Deputados, o presente projeto estabelece que

"os proventos de aposentadoria do ex-funcionário Índio Tamoyo do Prado, aposentadoria compulsoriamente por decreto de 12 de agosto de 1959, a partir da 5 de janeiro de 1959, no cargo de Zelador, classe "J", do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Cultura, passam a corresponder, "ex vi" do disposto no art. 63 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1950, aos do cargo de Oficial de Administração, código AF-201-12-A" (art. 1º).

Esclarece ainda a proposição que "as vantagens financeiras do reajustamento de que trata o artigo anterior prevalecem a partir de 1 de julho de 1960, e correspondem aos valores resultantes

dessa lei e de leis posteriores que concederem aumento geral, de vencimentos dos aposentados, e serão revisadas sempre que se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade" (art. 2º).

2 — O Senado, a Comissão de Projetos do Executivo, adotando parecer do Relator, Senador Mem de Sá, e considerando, assim, que "o nível de superior, em decorrência, a letra J, em que foi aposentado o servidor", continua a esta Comissão de Constituição e Justiça "se a providência do projeto se harmoniza com o estabelecido no art. 101, § 3º, da Constituição".

PARECER DO RELATOR

3 — Nos termos do art. 101, § 3º, da Constituição,

"rescalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade".

O § 2º, por sua vez, estipula:

"os proventos da inatividade serão revisados sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade".

É claro, por esses preceitos, que a Constituição cria proibição terminante, sujeita apenas à exceção prevista. A partir de sua vigência, nenhum servidor poderá ser aposentado com proventos maiores do que a remuneração percebida na atividade. A ressalva admitida é a da superioridade de proventos em consequência de revisões vinculadas a aumentos gerais de vencimentos. As aposentadorias supervenientes incidem, portanto, no rigor dessas normas.

Esse entendimento repousa no princípio de aplicação imediata das cláusulas constitucionais, salvo no que excepcionarem ou para o que prescreverem prazo especial.

4 — Mas, por serem de execução imediata, em tese, as regras constitucionais não conduzem a generalidade arbitrária, determinante de desconhecimento de situações pre-existentes, que escapam, legitimamente, aos novos critérios.

Por mais amplo que seja, não há preceito, constitucional ou legal, que não comporte diversificação de alcance, dada a multimoda caracterização dos fatos. Por seu feitiço racional, a lei generaliza na presunção de abranger uma totalidade de relações semelhantes ou equivalentes. A realidade, porém, que ela efetivamente quer disciplinar, projeta-se ou se desdobra em formas diferentes, variáveis segundo categorias sociais e econômicas, modeladoras da posição dos indivíduos em face do direito e do Estado.

Em resumo: diante do texto uniforme da lei, há que colocar a diversidade da vida, para que o instrumento normativo, destinado a criar ou a assegurar harmonia e bem-estar, não se converta em força de intransigência e de injustiça.

O direito positivo, em qualquer grau, não pode ser abstratamente considerado e aplicado, pois é fórmula de atendimento de necessidades sociais. Como observa o professor Michel Vially, não se trata de "simples construção do espírito", mas de "um fenômeno sócio-histórico". "Ninguém poderá contestar, com efeito, que o conteúdo do direito, seu nível de desenvolvimento técnico, a forma de o aplicar, dependem daquilo a que é destinada a sociedade que ele ordena, do ponto de vista econômico, cultural, ético, religioso, etc.: de tudo o que a define sociológica e historicamente, em uma palavra" (Le Phénomène Juridique — In Revue du Droit Public et de la Science Politique, 1966, págs. 5-64; cit. págs. 37-39). Pode dizer-

se, assim, que o direito positivo racionaliza para encontrar soluções lógicas, sem prejuízo, porém, dos dados reais que constituem a substância e o fim da norma estabelecida.

Portanto, e em virtude das singularidades que marcam as situações criadas, há diferenciações inevitáveis na aplicação da lei. Daí a peculiaridade do ensinamento de Rui Barbosa: "Não há que distinguir onde a lei não distingue; mas isto se a aplicação não existe na própria natureza do assunto. Em matéria jurídica, há diferenciações fundamentais, que se presumem sempre, e muitas vezes não se exprimem por oculto" (In João Mendes Neto — Rui Barbosa e a Língua Jurídica, S. P., 1943, págs. 60; Rev. Sup. Trib. Fed., vol. 6-7, página 80).

5 — No exame do caso, cumpre ver que a Constituição mesma autoriza a diversidade de tratamento das situações que forem submetidas a decisão. Primeiro, porque, em disposição permanente, ordena, repetido ao direito adquirido (art. 159, § 3º). Segundo, porque, em disposição transitória, assegura:

"o servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, aporantarse-á com os direitos e vantagens previstos nessa legislação" (artigo 177, § 1º).

Ora, se a Constituição reconhece direitos adquiridos e até resguarda situações configuradas mas não consumadas, nos seus efeitos, antes da vigência dos novos preceitos nela inscritos, é evidente que preserva o direito do funcionário aposentado, como o a que se refere o projeto. Se "o servidor que já tiver satisfeito, ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos da legislação vigente na data desta Constituição, aporantarse-á com os direitos e vantagens previstos nessa legislação", com razão dobrada há de ter a segurança desses direitos e vantagens o funcionário que já ingressou na inatividade, e em favor do qual se procede apenas a uma revisão de enquadramento e de proventos, com base em regra expressa de lei específica.

6 — Realmente, a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, dispõe sobre a classificação de cargos do Serviço Civil do Poder Executivo e estabeleceu os vencimentos correspondentes.

Em seu art. 1º, prescreve que "os cargos do serviço civil do Poder Executivo obedecem à classificação estabelecida na presente lei". E, entre as disposições transitórias, consignou, no art. 81:

"os cargos e funções do Serviço Civil do Poder Executivo, que não constem dos diversos Anexos desta lei, são considerados, para fins de enquadramento como relacionados no Anexo V".

No Anexo V, "relação de cargos e funções por classificar", inclui-se o cargo de Zelador, padrão "J" e com remissão, precisamente, ao Instituto Oswaldo Cruz, órgão em que serviu o funcionário cuja situação o projeto visa a regularizar.

Demais, o artigo 63 elucida e garante que

"as vantagens financeiras constantes desta lei são extensivas aos servidores inativos, de acordo com a Lei nº 2.692, de 18 de outubro de 1955".

7 — A par disso, a exposição do Diretor-Geral do DASP, que acompanha a mensagem presidencial, esclarece, expressivamente, os seguintes pontos:

a) "examinando a espécie, verifica-se que a lei nº 3.780, de 1960, inclui o de Zelador do Instituto Oswaldo Cruz entre aqueles "a classi-

car", por ser "o único cargo que, na época, equivalia ao de "Administrador" do referido Instituto";

b) "com essa disposição, a mesma lei visou, como se pode verificar pelo retrospecto da elaboração legislativa, contemplar a situação especialíssima do que ocupava aquele cargo quando o legislador cuidava da instituição do atual sistema de classificação de cargos";

c) "o fatal limite da idade não propiciou ao exemplar funcionário da emérita Casa de Ciência ser encontrado na atividade quando adveio, afinal, a Lei nº 3.780, vigente a 1 de julho de 1960. Pois, compulsoriamente, foi aposentado a partir de 1 de janeiro de 1959".

d) "a extinta Comissão de Classificação de Cargos, considerando que fatores drásticos tiraram ao suplicante qualquer êxito em suas tentativas, quer de enquadramento, quer de readaptação, acentua que o caso em exame apresenta aspectos especiais, porque se trata de funcionário com recomendável soma de serviços prestados à administração durante longos anos, a ponto e merecer tratamento "sui generis" por parte o Congresso Nacional".

8 — É irrecusável, pois, diante dessas circunstâncias, que não se cuida de conceder favor ou liberalidade, mas de regularizar situação de "exemplar funcionário", deferindo-lhe as vantagens financeiras previstas em lei anterior à atual Constituição e correspondentes a status também precedentemente reconhecido. Em suma e como diz o Diretor-Geral do DASP, a medida proposta tem "caráter reparatório da solução tardia para a situação funcional especialíssima do interessado".

CONCLUSÃO DO PARECER

9 — Nestas condições, pelo reconhecimento de direito adquirido (artigo 150, § 3º), ou por justa equiparação do caso à hipótese definida no art. 177, § 1º, consideramos perfeitamente ajustado às exceções da Constituição, com referência a seu artigo 101, § 3º, do projeto ora examinado.

10 — Opinamos, assim, por que se atenda à consulta da douta Comissão de Projetos do Executivo reconhecendo a constitucionalidade da proposição.

Se aceita, como nos parece legítima, a constitucionalidade do projeto, convém que nele no art. 1º, a expressão "ex-funcionário" seja substituída por "funcionário", pois o aposentado não perde a condição de servidor público, segundo o, revela o conjunto da legislação.

Brasília, 4 de outubro de 1967. — Josaphat Marinho

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, conhecendo do parecer do Relator, e atendendo à consulta da Comissão de Projetos do Executivo, projeto de lei da Câmara nº 94, de 1967, originário do Poder Executivo, que concede reajustamento de proventos da aposentadoria de Índio Tamoyo do Prado.

Ainda na forma do parecer, sugere que no art. 1º do projeto a expressão "ex-funcionário" seja substituída por "funcionário, uma vez que o aposentado não perde a condição de servidor público.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Carlos Lindenberg, vencido quanto à forma de apresentação do parecer. — Ayrton de Carvalho — Antônio Carlos, nos termos do voto do Senador Carlos Lindenberg — Antônio Edmundo — Ruy Palmeira — Bezerra Neto.

PARECER Nº 679, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1967 (nº 432-B-67, na Casa de origem), que concede reajustamento de proventos da aposentadoria do Prado.

Relator: Senador João Cleofas.

O presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, reajusta os proventos de aposentadoria do ex-funcionário Índio Tamoyo do Prado, para situá-los em valor correspondente ao do cargo de Oficial de Administração, nível 12.

O referido ex-servidor, segundo esclarece a Exposição de Motivos que deu origem ao projeto, foi aposentado compulsoriamente no cargo de Zelador, classe J, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Cultura, por decreto de 12 de agosto de 1959.

As razões que levaram o Sr. Presidente da República a propor a medida constante do projeto têm explicação no fato de ter a Lei nº 3.780, de 1960, incluído o cargo do referido ex-servidor entre os a classificar, por ser o único que, na época, equivalia ao de Administrador do Instituto Oswaldo Cruz.

Assim, ao ser editado o Plano de Classificação de Cargos, em 1960, já não se encontrava em atividade o citado ex-funcionário, aposentado que fora, compulsoriamente, por implementação de idade, ficando, por isso, a sua situação funcional em condições de desajustamento com a nova lei, consoante o enquadramento que seria determinado.

O projeto, pois, corrige esse desajustamento, atualizando, com efeito retroativo, os proventos do ex-servidor, conforme o preceituado no art. 63 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Opinamos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1967. — Paulo Sarasate, Presidente. — João Cleofas, Relator. — Fernando Corrêa — José Guimard — Bezerra Neto — Clodomir Milici — José Ermirio — Leandro Maciel.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O projeto depende ainda de parecer da Comissão de Projetos do Executivo.

O relator é o Sr. Senador Antônio Carlos, que tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Para emitir parecer — Não foi remisto pelo orador) — Senhor Presidente, o Senado vai discutir o Projeto de Lei na Câmara nº 94-1967, de iniciativa do Presidente da República, que concede reajustamento de proventos de aposentadoria do ex-funcionário Índio Tamoyo do Prado.

Na Comissão de Projetos do Executivo a matéria foi distribuída ao nobre Senador Mem de Sá, que teve ocasião de emitir parecer nos seguintes termos:

"O presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, estabelece que os proventos da aposentadoria do ex-funcionário Índio Tamoyo do Prado, aposentado compulsoriamente por decreto de 12 de agosto de 1959, no cargo de Zelador, Classe J, do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura, passam a corresponder, ex vi do disposto no art. 63, da Lei nº 3.780, de 1960, aos do cargo de Oficial de Administração, nível 12-A. Prescreve, ainda, o Projeto que as vantagens financeiras decorrentes da medida consubstanciada no art. 1º, prevaleçam a partir de 1 de julho de 1960, garantidos os reajusta-

mentos salariais posteriores. A provisão é justificada pelo Departamento Administrativo do Pessoal Civil, com o esclarecimento de que se trata de uma sugestão da extinta Comissão de Classificação de Cargos, no sentido de ser encaminhado ao Congresso Nacional, projeto de lei relativo espécie, corrigindo tratamento, que reputo injusto, dado ao caso pela Lei de Classificação de cargos.

Alega-se, em arrime da medida, que a Lei nº 3.780, de 1960, incluiu o cargo de Zelador do Instituto Oswaldo Cruz entre os relacionados no Anexo para enquadramento futuro por ser o único cargo que, na época, correspondia ao de Administrador do citado Instituto. Acontece, porém, que o referido funcionário, ocupante do Cargo de Zelador, aposentou-se por impimento de idade, antes que o seu cargo fosse convenientemente enquadramento. Dessa situação, resulta que o servidor em questão continua a perceber proventos relativos ao padrão J do cargo de Zelador.

Antes de examinar o mérito do projeto, julgamos conveniente o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça uma vez que, nos termos da Constituição Federal, não se pode mais conceder, na inatividade, provento superior ao da atividade.

Considerando, assim, que o nível 12 é superior, em retribuição, à letra J em que foi aposentado o servidor, consultamos se a providência do projeto se harmoniza com o preceituado no art. 101, § 3º, da Constituição Federal.

Este foi o parecer preliminar da Comissão de Projetos do Executivo. Na Comissão de Constituição e Justiça o projeto foi relatado, face a diligência aprovada pela Comissão de Projetos do Executivo, pelo Senhor Senador Josaphat Marinho que, em brilhante parecer, concluiu da seguinte maneira:

"Nestas condições, pelo reconhecimento de direito adquirido (art. 150, § 3º), ou por justa equiparação do caso à hipótese definida no art. 177, § 1º, consideramos perfeitamente ajustado às exceções da Constituição, com referência a seu art. 101, § 3º, o projeto ora examinado.

Opinamos, assim, por que se atenda à consulta da douta Comissão de Projetos do Executivo reconhecendo a constitucionalidade da proposição.

Se aceita, como nos parece legítima, a constitucionalidade do projeto, convém que nele, no artigo 1º, a expressão "ex-funcionário" seja substituída por "funcionário", pois o aposentado não perde a condição de servidor público, segundo o revela o conjunto da legislação".

A conclusão do parecer do Senhor Senador Josaphat Marinho foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça com dois votos vencidos, mas esses votos vencidos não dizem respeito à conclusão do parecer mas sim à forma de como ele foi apresentado, pois que o Sr. Senador Josaphat Marinho entendeu de apresentar o seu parecer e juntar um parecer da Comissão, o que pareceu ao Sr. Senador Carlos Lindenberg e a dispõe o Regimento da Casa, no artigo 135, § 1º, que diz que o parecer do relator, se acolhido pela Maioria da Casa, passa a constituir parecer da Comissão.

Quanto à constitucionalidade da discrepância da Comissão de Constituição e Justiça. O projeto voltou à Comissão de Projetos do Executivo, e foi, então, designado Relator.

Já pela redação do parecer do Senhor Senador Mem de Sá, que apenas levantou a preliminar da inconstitucionalidade, já pelas informações do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, já pela justiça do pleito desse funcionário que não teve o seu oportuno, porque se aposentou por impimento de idade, a Comissão de Projetos do Executivo manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto 94-64. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — O parecer da Comissão de Projetos do Executivo é favorável.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Senhor Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Faltá encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado e vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 94, DE 1967

(Nº 432-B de 1967, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Concede reajustamento de proventos da aposentadoria do ex-funcionário Índio Tamoyo do Prado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os proventos da aposentadoria do ex-funcionário Índio Tamoyo do Prado, aposentado compulsoriamente por decreto de 12 de agosto de 1959, a partir de 5 de janeiro de 1960, no cargo de Zelador, classe J, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Cultura, passam a corresponder, ex vi do disposto no artigo 63 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, aos do cargo de Oficial de Administração, código AF-201-12-A.

Art. 2º As vantagens financeiras do reajustamento de que trata o artigo anterior prevalecem a partir de 1º de julho de 1960, e correspondem aos valores resultantes dessa Lei e de leis posteriores que concederem aumento geral de vencimentos dos funcionários, e proventos dos aposentados, e serão revistas sempre que se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1967 (Mensagem nº 355-67, do Poder Executivo), que aprova o texto do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 540, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, fixando normas para a tramitação dos projetos de Decreto-Legislativo que aprovem textos de Decretos-leis.

A Presidência retira o projeto da Ordem do Dia para ulterior deliberação.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi)

Item 3:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1967, de autoria do Senhor Senador Paulo Sarasate, que modifica o artigo 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob nºs 447, 448, 449 e 661, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça, quanto à Constitucionalidade; de Serviço Público Civil, de Finanças e do Polígono das Sêcas.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O Projeto voltará à Ordem do Dia para o 2º Turno regimental.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 20, DE 1967

Modifica o artigo 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação o artigo 1º e seu parágrafo único da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963 que transformou o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em autarquia e deu outras providências:

"Art. 1º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), vinculado ao Ministério do Interior é constituído em entidade autárquica, com autonomia administrativa e técnica, regendo-se pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O DNOCS terá sede na cidade de Fortaleza e manterá escritório na Capital da República".

Art. 2º Esta Lei, que será regulamentada dentro de 60 dias pelo Poder Executivo, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 147, de 1967, da Comissão de Indústria e Comércio contrário à Indicação nº 5, de 1966 da Comissão Parlamentar de Inquérito criada em virtude da Resolução nº 24-65 no sentido de serem por aquele órgão estudadas as condições econômicas, financeiras e técnicas de complexo industrial produtor no País, de veículos auto-motores e seus componentes.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Será arquivado.

E' o seguinte o Parecer aprovado:

PARECER Nº 147,
DE 1967

Da Comissão de Indústria e Comércio, sobre a Indicação nº 5, de 1966, segundo a qual a Comissão de Indústria e Comércio do Senado Federal estudará as condições econômicas,

financeiras e técnicas do complexo industrial produtor, no País, de veículos automotores e de seus componentes, com vistas à fixação de critérios e de metas que deveriam ser adotados no referido setor para o pleno atendimento ao interesse da economia brasileira.

Relator: Sr. Domício Gondim

Pela Resolução nº 24, de 1965, o Senado Federal institui Comissão Parlamentar de Inquérito para o levantamento do custo de fabricação de veículos pela indústria automobilística nacional.

No final de 1965, foi a Comissão em apêço, através de deliberação do Plenário da Casa, mantida para concluir seus trabalhos em 1966.

O relatório final do citado órgão foi aprovado em 24 de novembro de 1966, firmado pelos seguintes Senhores Senadores: Zacharias de Assumpção (Presidente); Vasconcelos Tôrres (Relator); Atílio Fontana, Eugênio Barros, Oscar Passos, José Leite, Menezes Pimentel.

O trabalho faz o histórico das providências tomadas para o levantamento a que se propunha a Comissão. Esse levantamento seria levado a termo através de uma pericia na escrita das indústrias produtoras de autopeças e de veículos automotores para a aferição do custo de produção.

Para efetivar a pericia programada, recorreu a Comissão a diferentes setores do Executivo, com vistas a obter o concurso de técnicos especializados na matéria. Esses técnicos, todavia, não vieram colaborar com a Comissão e em virtude disso, não teve a mesma os indispensáveis elementos para realizar o trabalho que planejava fazer.

Conclui o relatório a que estamos fazendo referências, com a apresentação de uma Indicação, nos seguintes termos:

"A Comissão de Indústria e Comércio do Senado Federal estudará as condições econômicas, financeiras e técnicas do complexo industrial produtor, no País, de veículos automotores e de seus componentes, com vistas à fixação de critérios e de metas que deveriam ser adotados no referido setor para o pleno atendimento ao interesse da economia brasileira."

Pelo exposto, constatamos haver a Comissão encontrado dificuldades intransponíveis para realização do levantamento, por falta de pessoal técnico especializado, em análise contábil.

Obstáculo da mesma ordem encontraria a Comissão de Indústria e Comércio, se viesse a tomar a decisão de empreender o trabalho a que se refere a Indicação.

Sem, portanto, entrar no mérito do assunto examinado, levando em conta não somente os obstáculos instrumentais que se antevêm à realização de um estudo, pela forma ora prevista, opinamos contra a presente Indicação.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1967. — Ney Braga, Presidente. — Domício Gondim, Relator. — João Cleofas.

Esgotada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Não há oradores inscritos. (Pausa.) Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, hoje, às 17 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO
DIPLÔMATICA (ITALIA).

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 512 de 1967 (nº 671 de 1967 na origem) de 4 de mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Se-

nado a escolha do Senhor Carlos Martins Thompson Flôres para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Itália.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.)

ATA DA 155ª SESSÃO EM 11
DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa
Ordinária, da 6ª Legislatura
(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. MOURA
ANDRADE

As 17 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guimard
Oscar Passos
Flavio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Moura Paulo
Clodomir Milst
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
José Cândido
Menezes Pimentel
Paulo Sarasate
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Argemiro do Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
José Ermirio
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Aloísio de Carvalho
Antônio Babinho
Josephat Marinho
Carlos Lindemberg
Raul Guberri
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Marcello de Alencar
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valadares
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE
PARECERES

Parecer nº 680, de 1967

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1965.

Relator: Senador Carlos Lindemberg.

A Comissão apresenta a redação do vencido para segundo turno, do Pro-

jeto de Lei do Senado nº 49, de 1965, que loteia, para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Carlos Lindemberg, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 680,
DE 1967

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1965, que loteia, para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As terras do patrimônio da extinta Estrada de Ferro de Bragança, localizadas no Estado do Pará, serão loteadas, para aquisição pelos seus ocupantes, colonos e moradores, em áreas que não excedam a 20 m (vinte metros) de frente por 50 m (cinquenta metros) de fundos, para residências, e 200 m (duzentos metros) de frente por 500 m (quinhentos metros) de fundos, para colônias agrícolas.

§ 1º Considera-se ocupante, para os efeitos deste artigo, o possessor cuja posse for efetiva à data da publicação desta Lei.

§ 2º Os lotes adquiridos na forma desta Lei não poderão ser negociados antes de decorridos 5 (cinco) anos da data em que for lavrada a escritura definitiva.

§ 3º As terras desocupadas e as ocupadas por quem não preencha as condições estabelecidas neste artigo serão transferidas à propriedade do Estado do Pará, que as utilizará para os mesmos fins previstos nesta Lei.

Art. 2º As edificações de qualquer espécie e os bens móveis de qualquer natureza, de propriedade da extinta Estrada de Ferro de Bragança, serão, também, transferidos ao patrimônio dos municípios onde estiverem instaladas e se destinarão a exclusiva utilidade pública com finalidade sociais.

Art. 3º O material rodante e seu equipamento, as máquinas das oficinas de manutenção, as ferramentas e os materiais de consumo permanecerão como propriedade da Rede Ferroviária Federal S. A.

Art. 4º As operações de transferência de propriedade entre a Rede Ferroviária Federal S. A., o Estado do Pará e os municípios, relativas aos bens de que trata esta Lei, far-se-ão sem nenhum ônus para o Estado e municípios.

Art. 5º As operações de alienação, defluentes do disposto no artigo 1º desta Lei, serão processadas através de regulamentação que fixará prestações mensais não excedentes a 30% (trinta por cento) do salário mínimo regional.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 681, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1967.

Relator: Senador Carlos Lindemberg

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1967, que suspende, em parte, a execução da lei nº 3.085, de 27.8.64, do Município de Campinas.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 1967. — José Feliciano, Presidente. — Carlos Lindemberg, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 681,
DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nú-

mero IV, da Constituição Federal, e eu, ... Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ... DE 1967

Suspende, em parte, a execução da Lei nº 3.085 de 27.8.64, do Município de Campinas.

Art. 1º E' suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida no recurso ordinário em mandado de segurança nº 15.471, do Estado de São Paulo, a execução da Lei nº 3.085, de 27 de agosto de 1964, do Município de Campinas, no que concerne a exatidão da tributação adicional nela prevista, com relação ao período anterior a sua vigência.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Na sessão ordinária de hoje, o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1967 — que aprova o texto do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências — foi retirado da pauta, em virtude de ter sido anexado ao mesmo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, solicitado por esta Presidência, parecer que era de natureza normativa e que, por esta razão, será desmembrado daquele processo, constituindo projeto autônomo a ser incluído na Ordem do Dia, para deliberação do Plenário.

O Projeto de decreto legislativo voltará à Ordem do Dia, em não despacho desta Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 512-67 (nº 671-67 na origem) de 4 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Carlos Martins Thompson Flôres para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Itália.

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, peço aos Senhores Funcionários da Mesa tomem as providências de direito.

(A sessão transforma-se em secreta às 18 horas e volta a ser pública às 18 horas e 10 minutos.) Está reaberta a sessão pública.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 12 de outubro de 1967

(Quinta-feira)

1

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1967 de autoria do Sr. Senador Desiré Guarani, que dispõe sobre investimentos na Amazônia e no Nordeste, tendo Parecer sob nº 668, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade.

2

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1967, de autoria do Sr. Senador Desiré Guarani, que

dispõe sobre os incentivos fiscais pelas pessoas físicas, tendo Parecer sob nº 639, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 79 de 1967, que suspende a execução da Lei Estadual nº 2.520, de 28 de dezembro de 1961 — Minas Gerais — julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 666, de 1967.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Levantou-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

Discurso proferido pelo Senhor Senador Cattete Pinheiro, na sessão de 6 de outubro de 1967, que se republica por haver saído com incorreções.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar com o maior sentimento a morte de Paulo Watzl, ocorrida hoje, em lamentável acidente rodoviário, no Estado de São Paulo.

Fazendo este registro, quero prestar a homenagem mais sentida, de minha parte, e merecida desta Casa, aquele que, como Secretário-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados, foi um dos mais dedicados, dos mais capazes, dos mais eficientes funcionários do Congresso Nacional.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Quero também neste momento, associar-me à homenagem de pesar que V. Ex.ª presta à memória de Paulo Watzl. Há dois dias estivemos conversando no hall do Senado Federal. Estava ele muito otimista com relação a negócios de pesca que encetava. Deputado por muitos anos, acompanhei a proeficiência dos trabalhos desempenhados por Paulo Watzl quando Secretário-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados. Foi uma perda lamentável para todos nós.

O Sr. Clodomir Milet — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador) — Também me associo às manifestações de pesar que V. Ex.ª está prestando a Paulo Watzl. Conhecendo como conheci durante o tempo em que fui Deputado Federal a eficiência e, sobretudo, a diligência com que Paulo Watzl exercia as suas funções na Secretaria-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados, dou meu testemunho de que ser ele merecedor de todas as homenagens que possamos prestar à sua memória. Realmente, a notícia me contrangiu. Soube, esta manhã, do desastre que foi vítima Paulo Watzl e a V. Ex.ª me associou nas palavras de pesar que ora profere.

O Sr. CATTETE PINHEIRO — Lembrou muito bem o nobre Senador Aarão Steinbruch, que Paulo Watzl tomou no momento de sua vida em que, com o maior otimismo, se dedicava, por força da aposentadoria, a uma atividade particular. Como homem de bem que sempre foi, e de ação que sempre desenvolveu, não poderia parar. Assim, teria que tomar, como tomou, em atividade.

Não é necessário dizer mais nada, Sr. Presidente, para realçar os méritos e a dignidade de Paulo Watzl. Os apêndices dos Srs. Senadores Aarão Steinbruch e Clodomir Milet comple-

taram e engrandeceram a oração a que me propusera, honrando a memória de Paulo Watzl que nasceu a admiração e a gratidão do Congresso e as homenagens desta Casa, que desta forma singela, na tribuna do Senado procurei expressar, na saudade do amigo e na admiração do parlamentar.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Guido Mondin) — A Mesa deseja associar-se às homenagens que acabam de ser prestadas a Paulo Watzl

em razão de seu inesperado desaparecimento. Houve um tempo no Congresso, em que costumávamos comparar Paulo Watzl e Isaac Brown como dois elementos dos mais pessoais que o Parlamento possuía no trabalho árduo, tenaz e inteligente da Secretaria-Geral de cada Casa. Não faz muito lamentávamos aqui o desaparecimento do nobre Secretário da Presidência e agora estamos a lamentar a morte do ex-Secretário-Geral da Presidência da Câmara.

Embora não tenha o nobre Senador Cattete Pinheiro regido a discussão de pesar do Senado à família enlutada, a Mesa a envia.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 128, DE 10 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Maria de Lourdes Botelho Alves, Oficial Legislativo, PL-6, da Secretaria-Geral da Presidência e designá-la para ter exercício, como Auxiliar, no Gabinete da Vice-Diretora-Geral Administrativa.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de outubro de 1967. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 129 DE 10 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve, desligar, de seu Gabinete, Durval dos Santos, Motorista, PL-9, designando para substituí-lo José Pacheco de Pinho.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 130 de 10 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Carlos Alberto Araújo Cunha e Francisco Hermanno de Paula Abrahão, Auxiliares de Secretaria, PL-11, da Diretoria do Fisco.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 131 DE 10 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar José Tarício Gonçalves de Souza, Pesquisador de Orçamento, PL-10, da Diretoria do Expediente e designá-lo para ter exercício no Serviço de Seleção de Pessoal e Assistência Social.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da sexagésima nona reunião ordinária, realizada em 9 de junho de 1967.

Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Srs. Argemiro Figueiredo, Armando Corrêa, Passos Porto, Cattete Pinheiro, João Hercúlio e Janduí Carneiro, sob a Presidência do Deputado Aniz Badra, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente em exercício agradece aos Senhores Conselheiros a indicação de seu nome para a Presidência transitória do Instituto, declarando que procurará seguir as diretrizes do Presidente efetivo e espera, com o apoio dos colegas, executar o seu trabalho a contento. Em continuação relata o processo do Sr. Mário Alves relativo a contagem do tempo em que o Congresso esteve fechado de 1937 a 1945 considerado pela Câmara como de efetivo exercício. O Conselho aprova por unanimidade o seu parecer favorável a referida contagem, tendo em vista a decisão da Mesa da Câmara. A seguir o Sr. Presidente apresenta carta do Banco Nacional de Minas Gerais S. A., na qual aquela Casa de Crédito solicita que o Instituto conta em sua organização. Após ligeira discussão da matéria o processo é distribuído ao Sr. Armando Corrêa para relatar. O Sr. Presidente dá conhecimento ao Conselho dos passos que já deu com o objetivo de receber as subvenções do Ministério da Educação e das contribuições da Câmara e Senado. O Sr. Argemiro de Figueiredo solicita a palavra para opinar sobre a aplicação dos recursos disponíveis do Instituto em operações que

ofereçam maior restabilidade com a máxima segurança. Proclamado o Sr. Janduí Carneiro declara-se aberto para relatar o processo do Senhor Paulo Fernandes, sobre percepção de pensão pelos contribuintes que exercem cargos de ministros em caráter eletivo, tendo em vista que o Senhor Alcides Carneiro e seu parente se encontra naquela situação. Finalmente, são deferidos os requerimentos de auxílio-doença dos Srs. Alípio Fontana, Violeta Albino Nogueira Le Roy, Maria Hermenegilda dos Santos Nobre, Monsenhor Manoel Vieira da Costa e Antônio José Miguel Feijó; de inscrição dos Senhores João da Costa Veloso, Maria Luíza Muller de Almeida, Marcelino dos Santos Camello, Leda Ferreira da Rocha, Gonçalves de Melo Faria, Geley Clemente Batista, Maria Silvia Regadas de Valadares, Auzir Luiz de Souza, Arthur Carvalho Calmon e Edson Santana Vieira. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu, Auberto de Oliveira Secretário lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. as.) Mons. Arruda Câmara.

Ata da septuagésima reunião ordinária, realizada em 15 de junho de 1967.

Aos quinze dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Henrique La Rocque, Armando Corrêa, Dirceu Cardoso e João Hercúlio, sob a Presidência do Deputado Aniz Badra reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Armando Corrêa relata favoravelmente o processo relativo ao pedido do Banco Nacional de Minas Gerais S. A., para que o Instituto fa-

ca depósito naquela Casa de Crédito, após discussão da matéria, o Conselho aprova o parecer por unanimidade determinando que o depósito inicial seja de NC\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), a prazo fixo por um ano. Em continuação o Senhor Presidente apresenta o requerimento do Sr. José Barbosa Ribeiro, ex-deputado, Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, que requer pagamento de pensão. Por sugestão do Sr. Passos Porto o Conselho aprova a anexação deste processo ao do Sr. Ministro Paulo Fernandes, o qual envolve discussão e interpretação da mesma matéria. Em seguida a Secretaria esclarece que por um lapso constou na ata da reunião anterior do dia 11 de maio último o nome do associado Miguel Teixeira Filho como desligando-se do Instituto, mas que o mesmo já havia solicitado a retirada do requerimento antes daquela data. Finalmente são deferidos os requerimentos de auxílio-doença dos Srs. Armando Leite Roemberg e Agostinho Rodrigues; e de inscrição Waldir de Oliveira Sanchez, Francisco de Assis Dóres Araújo Bastos, Oliveira Sales e Nilza Carneiro. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu Alberto de Oliveira Secretário, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Mons. Arruda Câmara.

ATA DA SEPTUAGESIMA PRIMEIRA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1967.

Aos dez dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Passos Porto, Aniz Badra, Henrique La Roque e Cattete Pinheiro, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente redistribui ao Sr. Armando Corrêa os processos relativos a pedidos de averbação de mandato estadual apresentados fora do prazo. A seguir, apresenta pedido do Banco do Estado de São Paulo S. A., para que o Instituto abra conta naquela estabelecimento de crédito. O Conselho aprova o pedido e estabelece o limite de duzentos mil cruzeiros novos a ser depositado no citado Banco. Em continuação, é apresentado pedido de empréstimo do Sr. Deputado Ario Walz Theodoro, efetivo na última legislatura e suplente na atual. O Conselho aprova a concessão do empréstimo garantido pelas contribuições recolhidas, a ser pago diretamente no Instituto. Prosseguindo, o Sr. Presidente lê convite feito ao Instituto pelo Congresso dos Institutos de Previdência Estaduais, a ser realizado no Rio de Janeiro, em outubro vindouro. Fica estabelecido que o Sr. Presidente designará duas pessoas como Delegados credenciados junto ao citado Congresso. Finalmente são deferidos os requerimentos de inscrição dos Senhores Clodomir Garcez, Maria Borêges, Adilson Vianna, José Gervásio Torres Parente, José Paulo de Miranda, Pacheco Kleber Souza, Henrique Guilberto Muller, José Rodrigues, Lígia Leite Camargo, João José de Castro e Maria de Lourdes Dantas; de desligamento dos Srs. Roberto Diacópulos, Benedito Geraldo Cavalcante de Vasconcelos, Celia Maria Galvão Xavier, Odilon Francisco de Oliveira e Manoel Augusto Camargo Neto; de auxílio-doença do Sr. Armando Leite Roemberg. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu Alberto de Oliveira lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Monsenhor Arruda Câmara.

ATA DA SEPTUAGESIMA SEGUNDA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1967.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Srs. Aniz Badra, Ivar Saldanha, Henrique La Roque, Cattete Pinheiro e Janduí Carneiro, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente sugere que o Instituto aplique mais quinhentos mil cruzeiros novos em Letras do Tesouro de Minas Gerais, o que é aprovado. Aceitando sugestão do Conselho, o Sr. Presidente designa o Sr. Passos Porto para estudar um plano de aplicação do capital do Instituto em imóveis dando o prazo de um mês para o mesmo ultimar os trabalhos. Em continuação o Sr. Cattete Pinheiro relata o processo de aquisição dos impressos para a mecanização da contabilidade, optando pela proposta da Firma Tipotécnica Artes Gráficas Ltda., do Rio de Janeiro. O Conselho aprova o parecer do Relator e baixa Resolução que se publicará a parte. A seguir, é apresentado o pedido de empréstimo de carência do ex-deputado Geraldo Majella Mello Mourão, no total de NC\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros novos) o qual é indeferido por infringir as normas vigentes do Instituto. Prosseguindo, é lido o requerimento de Frida Barcos de Carvalho, sobre a pensão deixada pelo ex-Senador Barros de Carvalho. São designados os Srs. Passos Porto e Passos de Andrade para esclarecer se a interessada vem recebendo as pensões que são depositadas em seu nome. O Sr. Presidente sugere, e é aprovado, um voto de pesar ao Conselho pelo falecimento do Secretário da Presidência do Senado Federal Dr. Isaac Braum. Finalmente são deferidos os requerimentos de auxílio-doença dos Srs. Marcos José Muniz, André Broca Filho e Estácio Gonçalves Souto Major; de desligamento dos Srs. Jobson da Silva, Zorzelina Ribeiro Alves, Melanino de Siqueira Lima; e de inscrição do Senhor Newton Menezes. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Mons. Arruda Câmara.

ATA DA SEPTUAGESIMA TERCEIRA REUNIAO ORDINARIA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1967.

Ao primeiro dia do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na Sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Srs. Aniz Badra, Armando Corrêa, Ivar Saldanha e Cattete Pinheiro, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente solicita ao Conselho autorização para renovar os depósitos a prazo fixo, nos Bancos em que esse prazo terminou. Em continuação apresenta os projetos que estendem a averbação de mandato estadual aos novos Parlamentares, a fim de que o Conselho dê parecer sobre os mesmos. A matéria é distribuída ao Sr. Cattete Pinheiro para relatar. Finalmente são deferidos os requerimentos e inscrição dos Senhores Fernando de Oliveira Lara Rezende, Nínia Garcia Gerep, Luiz Gonzaga Pereira do Nascimento e Francisco Nogueira Saraiva; de auxílio-doença dos Srs. Esmeraldo Rodrigues de Souza, José Arthur Matta Filho, Ismaré Sarre Albuquerque Mello, Antônio Agildo Cavalcante, Carlos Bra-

sil de Araújo e Henrique Ferreira Filho; de desligamento dos Srs. Elío Buani, Tenisson Chaves dos Santos e Samuel Malheiros. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas, e para constar, eu Alberto de Oliveira, Secretário lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Mons. Arruda Câmara.

Ata da septuagésima quarta reunião ordinária, realizada em 14 de setembro de 1967.

Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Aos quatorze dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, às onze horas, na sala do Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, presentes os Senhores Aniz Badra, Ivar Saldanha, Henrique La Roque, Passos Porto, Cattete Pinheiro e Janduí Carneiro, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente lê o ofício do Senado Federal, no qual é solicitado ao Instituto que esclareça quanto a possibilidade de concessão de pensão a viúva do ex-parlamentar Walter Geraldo de Azevedo Athayde. O próprio Presidente relata a matéria contrário a concessão, tendo em vista que o interessado não se inscreveu na data oportuna, o que é aprovado. Em continuação, trata-se do pedido de auxílio-doença do funcionário Carlos Brasil de Araújo, o qual anexou declaração de Banco para comprovar despesa paga a médico através de cheque. O Conselho resolveu considerar o documento suficiente. A seguir, o Senhor Presidente esclarece que o prazo de contrato do Contador terminará, no dia quinze do corrente e sugere que o mesmo seja prorrogado por mais seis meses, com honorários elevados de mais NC\$ 200,00 (duzentos cruzeiros novos) mensais. O Conselho aprova a sugestão por unanimidade. Prosseguindo, são apresentados dois requerimentos de auxílio-doença de Romeia Gravina, ambos são indeferidos por falta de amparo legal. Finalmente são deferidos os requerimentos de auxílio-doença dos Senhores Hegel Morhy, José da Rocha Leão e Antonio Neuber Ribas; de inscrição Antonio Carlos Bandeira e Ophelia Drumond Andrade Muller. Nada mais havendo para tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às treze horas e, para constar, eu Alberto de Oliveira será assinada pelo Senhor Presidente. — Arruda Câmara.

RESOLUÇÃO Nº 9

Homologa Coleta de Pregos para compra de impressos para uso do I. P. C.

Art. 1º O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, em face da licitação constante do Processo nº 2 de 1967, resolve homologar a referida Coleta de Pregos, autorizando a aquisição do material na firma Tipotécnica Artes Gráficas Ltda., do Rio de Janeiro, no valor total de NC\$ 4.092,00 (quatro mil novecentos e dois cruzeiros novos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, em 5 de outubro de 1967. — Cattete Pinheiro. — Janduí Carneiro. — Henrique La Roque. — Ivar Saldanha. — Armando Corrêa.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

9ª REUNIAO (EXTRAORDINARIA), REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 1967.

As dezessete horas e trinta minutos, do dia dezenove de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, presen-

tes os Senhores Senadores João Abrahão, Petrônio Portella, Eurico Rezende e Aurélio Vianna, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Lobão da Silveira e Atílio Fontana.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida considerada aprovada.

Havendo número legal o Senhor Presidente declara iniciados os trabalhos da Comissão concedendo inicialmente a palavra ao Senhor Senador Petrônio Portella, que passa a leitura do parecer de sua autoria, sobre a Mensagem nº 437, de 1967, do Senhor Presidente da República, submetendo a apreciação do Senado Federal, a Proposta Orçamentária da Prefeitura do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968.

Em término da leitura do parecer o Senhor Presidente coloca-o em discussão e votação, sem prejuízo das emendas, sendo o mesmo aprovado.

Prosseguindo, o Senhor Presidente põe em discussão e votação as emendas e subemenda, sendo aprovadas as de nºs 1-V e 3-V, e a subemenda à emenda nº 4-V, e, rejeitada a emenda de nº 2-V.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Oficial Legislativo PL-6, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 57ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 4 DE OUTUBRO DE 1967 EXTRAORDINARIA

As dezesseis horas do dia quatro de outubro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Bezerra Neto e José Guionard, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Antonio Carlos e Carlos Lindenberg.

E' lida e sem debates aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova pareceres em que o Senhor Senador Bezerra Neto apresenta as seguintes Redações Finais:

a) Da emenda do Senado ao PLC 95-67 (nº 433-B-67, na Câmara), que "estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.873 de 3 de dezembro de 1965", e

b) Das emendas do Senado ao PLC 93-67 (nº 431-B-67, na Câmara), que "dispõe a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de nove Prêmios Literários Nacionais".

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu Mario Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida, depois de aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

26ª REUNIAO, REALIZADA EM DE OUTUBRO DE 1967

As 15 horas do dia 4 de outubro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Paulo Saraceni, presentes os Senhores Clodomir Muller, Bezerra Neto, Fernando Corrêa, João Cleofas, Leandro Maciel, José Ermirio e José Guionard, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Mem de Sá, José Leite, Manoel Vilhena, Adolpho Franco, Sefredo Pacheco, Carvalho Pinto, Argemiro de Figueiredo, Oscar Passos e Pessoa de Queiroz.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente tece considerações acerca da elaboração orçamentária para o exercício financeiro de 1968 e sobre as normas a serem adotadas pela Comissão.

Em seguida, concede a palavra ao Sr. Clodomir Millet que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1967, que abre ao Ministério do Trabalho e Previdência Social o crédito especial de NCr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros novos), para atender, no corrente exercício, a despesas com gratificações na Secretaria Executiva

do Conselho Nacional de Política Salarial.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Proseguindo, o Sr. João Cleofas oferece parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1967, que concede reajustamento de proventos da aposentadoria do ex-funcionário Indio Tamoyo do Prado.

Com a palavra o Sr. José Elmírio emite os seguintes pareceres:

favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 1966, que dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas; e

Pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1967, que concede pensão especial aos doutores Orozimbo Corrêa Neto e Esperidião Gabinio de Carvalho, ex-médico da Comissão Rondon, e dá outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Continuando, o Sr. Bezerra Neto lê parecer favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1967, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material importado pela Sociedade Telefônica de Franca Li-

mitada, destinado à ampliação de uma central telefônica sistema AGF.

A Comissão aprova o parecer.

Finalmente, os Senhores Paulo Sarasate e Clodomir Millet solicitam e obtêm vista, respectivamente, do Requerimento nº 496, de 1967, do Sr. Senador José Ermírio solicitando a organização de Comissão Mista destinada ao estudo de matérias de natureza tributária regulamentáveis por Leis Complementares e do AVISO BSB-Nº 219 de 1967.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Huro Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Diretoria do Pessoal

Classificação por ordem de antiguidade da carreira de Taquígrafo de Debates, Símbolo PL-4, para provimento da vaga decorrente da Aposentadoria de Maria da Aparecida Jordão, Taquígrafo de Debates, PL-3. Resolução nº 43-67, D.C.N. de 19-5-67 — Até 19 de maio de 1967.

N O M E S	Classe	Carreira	Senado	Serviço Público	Total
De PL-4 a PL-3 — Merecimento — concorrem:					
Maria Lúcia Lopes Barbosa	1.450	1.450	1.450	1.688	3.138
Arimar de Oliveira Freitas	1.450	1.450	1.450	1.200	2.650
Alan Viggiano	1.447	1.447	1.447	1.791	3.238
Serafim de Oliveira	1.442	1.442	1.442	2.002	3.444
Sebastião Nogueirol	1.344	1.344	1.344	2.007	3.351

Observação: Os interessados têm o prazo de cinco dias, a contar da publicação desta lista, para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses, de acordo com o artigo 122, § 2º, da Resolução nº 6, de 1960.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 9 de outubro de 1967. — Rubem Soares Branquinho, Auxiliar Legislativo, PL-9. — Romceu Arruda, Chefe da Seção. — Visto: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

Publique-se, em 9-10-67. — Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto da Silva — (ARENA — GB)	1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Gluber — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilça — (RN)

Vasconcelos — (RJ)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleophas
Teotônio Villela
Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
Mários Martins

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
José Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Aarão Sternbruch
Aurélio Vianna
Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-0.
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Eurico Rezende
Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Villela
Domício Gondim
Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
João Cleophas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

José Ermirio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Sec. Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sa
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Villela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
Mem de Sa
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Vilça
Clodomir Milet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
José Guilomard
Daniel Krieger
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Júlio Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Celso Ramos
Teotônio Villela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermirio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermirio

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-0.
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domício Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICÃO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domício Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Vilela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mario Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedito Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Melo

A R E N A**TITULARES****SUPLENTE**

Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos

A D B

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Mattos

A R E N A**TITULARES****SUPLENTE**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana

José Guimard
Petronio Portela
Domicio Gondim
Carlos Lindenberg

M D B

Lino de Mattos

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

A R E N A**TITULARES****SUPLENTE**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia

Lobão da Silveira
José Feliciano
Flinto Muller
Siegfredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.